



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

Prefeitura de São José dos Campos

Estado de São Paulo

CONTRATO Nº (PREENCHER)

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E
(NOME DO CONCESSIONÁRIO) PARA (OBJETO CONTRATUAL)

Prazo: (PREENCHER EM NUMERAL E POR EXTENSO)

Valor: (PREENCHER EM NUMERAL E POR EXTENSO)

Modalidade: (PREENCHER MODALIDADE DE LICITAÇÃO)

Processo Administrativo digital nº (PREENCHER)

DAS PARTES

Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, com sede à Rua José de Alencar nº 123, Vila Santa Luzia, inscrito no CNPJ sob o nº 46.643.466/0001-06, Inscrição Estadual isento, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) de (PREENCHER NOME DA SECRETARIA), Sr(Sr^a) (PREENCHER NOME COMPLETO DA AUTORIDADE, NÃO INSERINDO RG E CPF), conforme Decreto Municipal nº (INFORMAR ATO NORMATIVO QUE AUTORIZA O SIGNATÁRIO A FIRMAR CONTRATOS EM NOME DO MUNICÍPIO), doravante denominado PODER CONCEDENTE, e (PREENCHER NOME DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO E DO REPRESENTANTE LEGAL), doravante simplesmente designado, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Digital supra e em observância às disposições da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, tendo entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. A presente CONCESSÃO visa à delegação, ao CONCESSIONÁRIO do uso de bem público para o fornecimento, instalação, manutenção e operação de painéis de mensagens variadas (PMVs), para informações dos serviços do transporte público coletivo, em especial os horários de chegadas e partidas dos ônibus, delimitados de acordo com os Croquis referenciais dos Relógios Eletrônicos Digitais, dos Mobiliários Urbanos para Informação e de acordo com os locais de instalação dos equipamentos detalhados no ANEXO Único deste Contrato.

1.2. Integra o objeto da CONCESSÃO a execução, pelo CONCESSIONÁRIO, das seguintes atividades:



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

- a. Apresentar os Projetos Executivos e seus respectivos Memoriais Descritivos dos equipamentos a serem instalados no município, respeitando-se as normas e regulamentações vigentes relacionadas ao tema e as diretrizes técnicas estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA e nos ANEXOS III e IV – CROQUIS REFERENCIAIS, cujas imagens são meramente ilustrativas e não exaustivas;
- b. A apresentação e o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso, devidamente preenchido, em atendimento à legislação, e acompanhado do respectivo comprovante de pagamento, relativo aos projetos executivos dos equipamentos a serem instalados no Município;
- c. A obtenção das aprovações, autorizações e licenças necessárias para a execução do objeto deste CONTRATO;
- d. A aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução das obrigações objeto da CONCESSÃO;
- e. A conservação e operação de todos os equipamentos (PMV's, MUPI's e RED's) durante toda a vigência deste CONTRATO;
- f. O fornecimento dos bens e serviços necessários ao cumprimento das obrigações objeto deste CONTRATO;
- g. a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos (PMV's, MUPI's e RED's), de modo a mantê-los em plena operação e capacidade para o cumprimento das obrigações constantes deste CONTRATO.

1.2.1. Sem prejuízo de outros itens, devem estar necessariamente incluídos na manutenção de rotina pela CONCESSIONÁRIA, associada a todos os equipamentos:

- a. Limpeza manual e mecânica, com ou sem hidrojateamento;
- b. Limpeza de pichações e grafites;
- c. Remoção completa de panfletos, adesivos de propagandas e similares;
- d. Manutenção dos painéis informativos e publicitários;
- e. Manutenção, revisão e/ou reparo de componentes eletroeletrônicos;
- f. Manutenção, revisão e/ou reparo das instalações elétricas;
- g. Reparos/Retoques de pintura.

1.3. As ÁREAS DA CONCESSÃO poderão ser exploradas livremente pelo CONCESSIONÁRIO, desde que observados o PLANO DE MANEJO e às disposições constantes deste CONTRATO e seus SUBANEXOS, bem como:

1.3.1. A exploração publicitária nos MOBILIÁRIOS URBANOS PARA INFORMAÇÃO (MUPI's) e RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS (RED's), instalados no Município de acordo com as regras estabelecidas neste EDITAL e seus ANEXOS, incluindo a obtenção das aprovações, autorizações e licenças necessárias para a execução do OBJETO do CONTRATO pelo CONCESSIONÁRIO, observarão ainda:

1.3.1.1. A preservação da natureza de uso comum dos Mobiliários pelos USUÁRIOS e os objetivos da criação para a divulgação de informação;



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

1.3.1.2. Observar as normas, os padrões e os procedimentos dispostos na legislação vigente neste CONTRATO e seus SUBANEXOS;

1.4. Sem prejuízo do disposto neste CONTRATO e ANEXO ÚNICO, o CONCESSIONÁRIO deverá observar os seguintes prazos contratuais:

- a. A ORDEM DE SERVIÇO (O.S.) deverá ser emitida pelo PODER CONCEDENTE em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do CONTRATO;
- b. O prazo máximo para a conclusão da instalação e início da operação de todos os equipamentos (PMV's, MUPI's e RED's), será de até 18 (dezoito) meses contados a partir da DATA DA ORDEM DE SERVIÇO;
- c. A instalação dos MUPI's e RED's somente poderá ocorrer após a implementação de quantitativo mínimo dos PMV's, respeitando-se a proporção de 03 (três) PMV's instalados para que haja o direito de instalação de 02 (dois) MUPI's ou RED's. Qualquer exceção a essa regra dependerá de autorização expressa do PODER CONCEDENTE;
- d. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e apresentar o PLANO DE IMPLANTAÇÃO e o PLANO DE MANUTENÇÃO ao PODER CONCEDENTE em até 15 (quinze) dias contados da data de publicação do extrato do CONTRATO;
- e. O PODER CONCEDENTE terá até 15 (quinze) dias para aprová-los ou, motivadamente, solicitar ajustes;
- f. Em caso de ajustes a CONCESSIONÁRIA disporá do prazo de até 10 (dez) dias contados da solicitação feita pelo PODER CONCEDENTE para reapresentar os PLANOS;
- g. O PODER CONCEDENTE, manifestar-se-á em até 5 (cinco) dias sobre a aprovação final do plano.
- h. Além dos prazos dispostos neste Item 3, a CONCESSIONÁRIA deverá respeitar todos os prazos intermediários determinados em seu PLANO DE IMPLANTAÇÃO, elaborado conforme as diretrizes deste TERMO DE REFERÊNCIA.

1.5. Todas as receitas obtidas pela CONCESSIONÁRIA pela execução do objeto contratual e não advindas da exploração publicitária, previstas neste EDITAL e seus ANEXOS, dos PMVs, MUPIs e REDs serão consideradas como fontes de receitas alternativas e sua exploração deverá ser previamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE..

1.6. O EDITAL da CONCORRÊNCIA e todos os seus ANEXOS, para todos os efeitos, devem ser considerados como parte integrante deste CONTRATO, como se nele estivessem transcritos.

1.7. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o EDITAL da LICITAÇÃO, a proposta do CONCESSIONÁRIO e eventuais ANEXOS dos documentos citados.

CLÁUSULA 2ª – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo da CONCESSÃO será de 10 (dez) anos, contados da DATA DA ORDEM DE SERVIÇO, prorrogável nos termos legais.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

2.2. A DATA DA ORDEM DE SERVIÇO se dará em até 30 (trinta) dias contados da publicação do extrato do CONTRATO no DOM – Diário Oficial do Município, quando da emissão da ORDEM DE SERVIÇO e a consequente assunção dos SERVIÇOS.

2.3. São condições para a emissão da ORDEM DE SERVIÇO pelo PODER CONCEDENTE, além daquelas previstas no EDITAL para a assinatura do CONTRATO:

- a. Apresentação do PLANO DE IMPLANTAÇÃO pela CONCESSIONÁRIA e respectiva aprovação pelo CONCEDENTE;
- b. Apresentação do PLANO DE MANUTENÇÃO pela CONCESSIONÁRIA e respectiva aprovação pelo CONCEDENTE;
- c. Pagamento de valor integral (cem por cento) do valor da PROPOSTA COMERCIAL, equivalente à OUTORGA fixa do CONTRATO.

2.4. A CONCESSIONÁRIA poderá, a seu critério, antecipar as obrigações relativas à CONCESSÃO, que constam neste CONTRATO e no ANEXO ÚNICO, assumindo, integralmente, os riscos, ônus e bônus de tal antecipação.

CLÁUSULA 3ª – DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. A presente CONCESSÃO está sujeita às disposições do presente CONTRATO, às leis vigentes do Brasil, com expressa renúncia à aplicação de qualquer outra, e aos preceitos de direito público, sendo-lhes aplicáveis, supletivamente, os princípios da teoria geral dos CONTRATOS e as disposições do direito privado.

3.2. Este CONTRATO é regulado pelos seguintes dispositivos legais:

- a. Constituição da República Federativa do Brasil;
- b. Lei Orgânica do Município de São José dos Campos;
- c. Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- d. Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações;
- e. Lei Ordinária nº 4.805/1996;
- f. Lei Municipal nº 4.400 de 14/06/93;
- g. Decreto nº 10.339, de 30 de Agosto de 2001;
- h. Decretos Municipais nº 19.485/2023, nº 19.483/2023, nº 19.476/2023, nº 19.425/2023, nº 19.424/2023, nº 19.268/2023, nº 19.267/2023, no que aplicável;
- i. Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); e
- j. Demais disposições legais aplicáveis, inclusive subsidiariamente, os princípios gerais de Direito.

3.3. Neste CONTRATO, as referências às normas aplicáveis deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as substitua, complemente ou modifique, as quais deverão ser cumpridas, independentemente de cobrança por parte do PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA 4ª – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

4.1. O valor deste CONTRATO é de R\$ 53.888.356,72 (cinquenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos), que corresponde ao valor estimado pelo PODER CONCEDENTE para a soma dos investimentos de capital para o fornecimento e instalação dos 162 PAINÉIS DE MENSAGENS VARIÁVEIS, dos MOBILIÁRIOS URBANOS PARA INFORMAÇÃO e dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, bem como as despesas associadas à operação, conservação e manutenção dos referidos equipamentos, durante todo o período do CONTRATO, conforme especificações do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

4.2. O valor do CONTRATO será reajustado anualmente, após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimado do PODER CONCEDENTE, pela variação acumulada do IPCA/IBGE, ou, em caso de sua extinção, por outro índice oficial que venha a substituí-lo, salvo disposição diversa e cogente de lei federal.

4.3. O valor indicado na subcláusula 4.1 tem efeito meramente referencial e não poderá ser utilizado por nenhuma das PARTES para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, ou mesmo como parâmetro para indenizações, ressarcimentos e afins, ressalvando sua aplicação como parâmetro para cálculo da GARANTIA DE EXECUÇÃO e de penalidades.

CLÁUSULA 5ª – DOS BENS REVERSÍVEIS

5.1. Os BENS VINCULADOS À CONCESSÃO são os bens integrantes ou não do patrimônio da CONCESSIONÁRIA, necessários à implantação e à execução adequada e contínua do OBJETO da CONCESSÃO.

5.2. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em bom estado de funcionamento, conservação, higiene, conforto, acessibilidade, sustentabilidade ambiental e segurança, às suas expensas, os BENS VINCULADOS À CONCESSÃO, durante toda a vigência deste CONTRATO, efetuando para tanto as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho da CONCESSÃO.

5.3. Todos os BENS VINCULADOS À CONCESSÃO ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados ou amortizados contabilmente pela CONCESSIONÁRIA no prazo da CONCESSÃO, de acordo com a legislação vigente, não cabendo qualquer indenização ou pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO no advento do termo contratual.

5.4. Dentre os BENS VINCULADOS À CONCESSÃO, serão considerados não reversíveis MUPI's e RED's, bem como materiais de escritório, equipamentos de informática e demais bens de consumo não vinculados diretamente à prestação do serviço público de informação.

5.5. É previamente autorizada a celebração de contratos de aluguel, comodato, leasing ou outra forma jurídica prevista na legislação dos referidos bens não passíveis de reversão ao PODER CONCEDENTE para uso pela CONCESSIONÁRIA.

5.5.1. A CONCESSIONÁRIA poderá adquirir e alienar os referidos bens não passíveis de reversão ao PODER CONCEDENTE sem a necessidade de prévia autorização ou comunicação posterior ao PODER CONCEDENTE.

5.6. Os bens reversíveis poderão ser adquiridos por meio de contratos de aluguel, comodato, leasing, ou outra forma jurídica prevista na legislação, desde que a CONCESSIONÁRIA garanta e efetive a opção de compra dos ativos para que possa cumprir com a obrigação de



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

reversibilidade dos ativos ao término do contrato de CONCESSÃO.

5.6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar ao PODER CONCEDENTE todos os contratos de aluguel, comodato, leasing, ou outra forma jurídica que tenham como objeto os bens reversíveis.

5.7. A CONCESSIONÁRIA deverá, às suas expensas, proceder à retirada dos MUPI's e dos RED's ao seu devido descarte, respeitando eventuais prazos e condições de transição estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE.

5.8. Os BENS REVERSÍVEIS são aqueles imprescindíveis à continuidade dos serviços relacionados ao OBJETO da CONCESSÃO, integrantes do patrimônio da CONCESSIONÁRIA, e que reverterão em favor do PODER CONCEDENTE após a extinção da CONCESSÃO, livres de quaisquer ônus e encargos.

5.9. Serão considerados BENS REVERSÍVEIS todos os PMV's instalados, devendo ser entregues ao PODER CONCEDENTE ao término da CONCESSÃO, sendo eles Internos ou Externos, em perfeitas condições de operacionalidade.

5.10. Os BENS REVERSÍVEIS deverão ser permanentemente inventariados pela CONCESSIONÁRIA.

5.10.1. Sem prejuízo da obrigação de inventariar os BENS REVERSÍVEIS, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE, até o primeiro dia útil do mês de fevereiro de cada ano, relatório circunstanciado que retrate a situação de todos os BENS VINCULADOS À CONCESSÃO, inclusive aqueles oriundos de eventual conversão do proveito econômico de RECEITAS ALTERNATIVAS partilhadas com o PODER CONCEDENTE, conforme disposto na Cláusula 6, destacando de forma clara os BENS REVERSÍVEIS da CONCESSÃO.

5.11. Caso o PODER CONCEDENTE constata alguma irregularidade no relatório de inventário, deverá notificar a CONCESSIONÁRIA, fundamentadamente.

5.11.1. A CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento da notificação do PODER CONCEDENTE, para promover os ajustes necessários no relatório.

5.11.2. Em caso de discordância das PARTES com relação ao relatório, a controvérsia deverá ser submetida aos métodos de resolução de conflitos estabelecidos neste CONTRATO.

5.12. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a entregar os BENS REVERSÍVEIS em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, e livres de quaisquer ônus ou encargos.

5.13. Qualquer alienação ou substituição de BENS REVERSÍVEIS que a CONCESSIONÁRIA pretenda realizar, nos últimos 02 (dois) anos do prazo final da CONCESSÃO, deverá ser prévia e expressamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE.

5.14. Os BENS REVERSÍVEIS não poderão ser sujeitos a penhor ou constituição de direito real em garantia.

5.15. Todos os contratos da CONCESSIONÁRIA com terceiros que envolvam os BENS REVERSÍVEIS deverão mencionar expressamente a vinculação destes bens à CONCESSÃO.

5.16. O processo de reversão ocorrerá com a extinção da CONCESSÃO, retornando ao PODER CONCEDENTE todos os BENS REVERSÍVEIS vinculados à exploração da CONCESSÃO transferidos à CONCESSIONÁRIA, ou por esta adquiridos ou implantados.

5.17. No prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes do termo final deste CONTRATO, as PARTES



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

deverão estabelecer os procedimentos para avaliar os BENS VINCULADOS À CONCESSÃO, com o fim de identificar aqueles prescindíveis à continuidade da execução do objeto deste CONTRATO e revisar o inventário de BENS REVERSÍVEIS, observados os relatórios apresentados anteriormente a cada ano da CONCESSÃO.

5.18. Para eventuais divergências entre as PARTES com relação à avaliação prevista no item anterior, admitir-se-á o recurso ao expediente de resolução de conflitos estabelecido neste CONTRATO.

5.19. Finalizada a avaliação dos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO e a avaliação e identificação dos BENS REVERSÍVEIS, será realizada, por ocasião da reversão, a lavratura do respectivo Termo de Reversão dos Bens da CONCESSÃO.

5.20. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

5.21. Caso a reversão dos bens para o PODER CONCEDENTE não se processe nas condições estabelecidas, a CONCESSIONÁRIA indenizará o PODER CONCEDENTE.

5.22. O PODER CONCEDENTE reterá a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO até o efetivo pagamento das indenizações previstas na cláusula 5.21.

5.23. Após o recebimento da notificação para o pagamento, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder ao recolhimento da indenização no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de desconto do valor correspondente da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

5.24. Encerrado o prazo da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à CONCESSÃO celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes.

5.25. Quando do advento do termo contratual, os BENS REVERSÍVEIS deverão estar em condições adequadas de conservação e funcionamento de forma a permitir a continuidade da prestação dos SERVIÇOS, objeto da CONCESSÃO.

5.26. Ao final da CONCESSÃO, todos os bens serão revertidos ao PODER CONCEDENTE.

5.27. O PODER CONCEDENTE realizará INVENTÁRIO 06 (seis) meses antes do Término do CONTRATO de CONCESSÃO, relacionando todos os bens disponíveis e necessários ao funcionamento do PARQUE, inclusive os INVESTIMENTOS realizados durante o período da CONCESSÃO.

5.28. Todos os bens revertidos e substituídos durante a vigência contratual deverão estar em condições adequadas de uso e conservação, por pelo menos mais 02 (dois) anos quando do encerramento da CONCESSÃO, salvo os bens com vida útil inferior a este tempo.

CLÁUSULA 6ª – DA REMUNERAÇÃO DO CONCESSIONÁRIO

6.1. A remuneração do CONCESSIONÁRIO consistirá na exploração publicitária exclusiva dos PMVs Internos, bem como dos MUIs e REDs dentro do Município de São José dos Campos.

6.2. Todas as receitas obtidas pela CONCESSIONÁRIA pela execução do objeto contratual e não advindas da exploração publicitária, previstas neste EDITAL e seus ANEXOS, dos PMVs, MUIs e REDs serão consideradas como fontes de receitas alternativas e sua exploração deverá ser previamente autorizada pelo PODER



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

CONCEDENTE.

6.3. Juntamente com a autorização de exploração a que se refere o item 6.1., o PODER CONCEDENTE expedirá regulamento específico em que deverão constar, no mínimo, a forma e o prazo da exploração autorizada, o exercício da fiscalização pelo PODER CONCEDENTE e os direitos e garantias específicos dos usuários.

6.3.1. Na regulamentação de que trata o item 6.2, o PODER CONCEDENTE poderá determinar o pagamento de valor de OUTORGA adicional mensal correspondente a, no máximo, 10% (dez por cento) da receita bruta mensal estimada decorrente da exploração da respectiva fonte de RECEITA ALTERNATIVA.

CLÁUSULA 7ª – DAS RECEITAS

7.1. Todas as receitas obtidas pela CONCESSIONÁRIA pela execução do objeto contratual e não advindas da exploração publicitária, previstas neste EDITAL e seus ANEXOS, dos PMVs, MUPIs e REDs serão consideradas como fontes de receitas alternativas e sua exploração deverá ser previamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE.

7.2. Juntamente com a autorização de exploração a que se refere o item 7.1., o PODER CONCEDENTE expedirá regulamento específico em que deverão constar, no mínimo, a forma e o prazo da exploração autorizada, o exercício da fiscalização pelo PODER CONCEDENTE e os direitos e garantias específicos dos usuários.

7.2.1. Na regulamentação de que trata o item 7.2, o PODER CONCEDENTE poderá determinar o pagamento de valor de OUTORGA adicional mensal correspondente a, no máximo, 10% (dez por cento) da receita bruta mensal estimada decorrente da exploração da respectiva fonte de RECEITA ALTERNATIVA.

7.3. Eventuais prejuízos incorridos pelo CONCESSIONÁRIO, a frustração da expectativa de RECEITAS ou qualquer outro insucesso na exploração de atividades nas ÁREAS DA CONCESSÃO não poderão ser invocados para efeito de revisão do CONTRATO ou da recomposição do seu equilíbrio econômico-financeiro, cabendo ao CONCESSIONÁRIO, ressalvados os riscos alocados neste CONTRATO ao PODER CONCEDENTE, assumir integralmente o risco de sua execução.

CLÁUSULA 8ª – OUTORGA E DEMAIS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA CONCESSIONÁRIA

8.1. A CONCESSIONÁRIA pagará ao PODER CONCEDENTE o valor consignado na sua PROPOSTA COMERCIAL a título de OUTORGA fixa, o valor de [PREENCHER O VALOR], sendo 100% (cem por cento) do valor consignado na PROPOSTA COMERCIAL quitados em única parcela, em até 15 (quinze) dias da assinatura do CONTRATO, como condição para emissão da ORDEM DE INÍCIO.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

8.2. Os pagamentos deverão ocorrer através de crédito em conta corrente, devendo o PODE CONCEDENTE indicar o banco para recebimento, preferencialmente um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

8.3. Em caso de pagamento em valor inferior ao valor da OUTORGA indicado será caracterizado o inadimplemento do CONTRATO pelo PODER CONCEDENTE, para fins do acionamento da GARANTIA DA CONTRAPRESTAÇÃO, nos termos do disposto neste CONTRATO.

8.4. Sobre os pagamentos realizados após as respectivas datas de vencimento, incidirão os encargos de multa moratória de 2% (dois por cento) e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, conforme previsão contratual.

8.5. Todos os valores de OUTORGA e demais pagamentos, exceto se expressamente disposto de forma contrária, serão reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE ou, em caso de sua extinção, por índice que o substitua, ficando sua aplicação suspensa até o décimo segundo mês da data da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, quando incidirá o índice do IPCA/IBGE acumulado, salvo disciplinamento diverso e cogente oriundo de Lei Federal.

8.6. O CONCESSIONÁRIO efetuou o RESSARCIMENTO DOS ESTUDOS DE PMI no montante de R\$ 390.451,64 (trezentos e noventa mil, quatrocentos de cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos), nos termos do item 8.1 do Edital de Chamamento Público para Procedimento de Manifestação de Interesse nº 001/SEMOB/2024.

8.6.1. O valor mencionado acima deverá ser reajustado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor de São Paulo, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, entre o mês da data de autorização dos Estudos até a data do ressarcimento.

CLÁUSULA 9ª – DO REAJUSTE

9.1. Para efeito de preservação do valor real da moeda, o valor do contrato, a outorga e os demais valores financeiros nele previstos, incluindo as garantias prestadas, serão reajustados anualmente. O reajuste utilizará exclusivamente a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O primeiro reajuste será calculado após o transcurso de doze meses contados da data-base estabelecida neste edital, e, na hipótese de extinção do referido índice, será adotado o indexador oficial federal que legalmente o venha a substituir.

CLÁUSULA 10ª – DA GARANTIA PRESTADA PELO PODER CONCEDENTE

10.1. O PODER CONCEDENTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.2. O emitente da garantia ofertada pelo CONCESSIONÁRIO deverá ser notificado pelo PODER CONCEDENTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.3. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

10.4. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do PODER CONCEDENTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONCESSIONÁRIO cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.5. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.6. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo PODER CONCEDENTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONCESSIONÁRIO.

10.7. O CONCESSIONÁRIO autoriza o PODER CONCEDENTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.8. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

10.9. A devolução da garantia dar-se-á após o término do contrato mediante solicitação, através de processo aberto na Divisão de Protocolo e Arquivo.

10.10. O Município descontará da garantia prestada toda a importância que, a qualquer título lhe for devida pelo CONCESSIONÁRIO, em decorrência do contrato.

10.11. Em caso de aditamento de contrato, deverá ser aditada a garantia prestada.

CLÁUSULA 11ª – DO CONCESSIONÁRIO

11.1. O CONCESSIONÁRIO é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída na forma de sociedade por ações ou sociedade limitada, tendo como objeto social único a exploração da CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE PAINÉIS DE MENSAGENS VARIADAS (PMV's), PARA INFORMAÇÕES DOS SERVIÇOS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, EM ESPECIAL OS HORÁRIOS DE CHEGADAS E PARTIDAS DOS ÔNIBUS, com proibição expressa de praticar quaisquer atos estranhos a tais finalidades, tendo sede no Município de São José dos Campos.

11.2. A SPE constituída para os fins de celebração deste CONTRATO DE CONCESSÃO se submeteu previamente à assinatura deste CONTRATO, às regras de constituição e integralização que consta do item 24 do EDITAL de CONCESSÃO.

11.3. O CONCESSIONÁRIO não poderá, durante todo o prazo de execução do PLANO DE INTERVENÇÃO, reduzir o seu capital abaixo valor mínimo de R\$ 5.388.835,67 (cinco milhões, trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos), em moeda corrente nacional, sem prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE.

11.4. Durante todo o período da CONCESSÃO, o CONCESSIONÁRIO deverá submeter à prévia autorização do PODER CONCEDENTE as modificações no respectivo estatuto social que envolvam:

- a. A cisão, fusão, transformação ou incorporação da SPE;
- b. A alteração do objeto social da SPE; e
- c. A redução de capital da SPE.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

11.5. Para fins da autorização de que trata a subcláusula 11.4, o PODER CONCEDENTE examinará o pedido apresentado pelo CONCESSIONÁRIO no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos e documentos adicionais ao CONCESSIONÁRIO e/ou convocar os acionistas do CONCESSIONÁRIO e promover quaisquer outras diligências que considerar adequadas.

11.6. Todos os documentos que formalizarem alteração estatutária do CONCESSIONÁRIO, independentemente da necessidade, ou não, de autorização prévia do PODER CONCEDENTE, deverão ser a ele encaminhados no prazo máximo de 30 (trinta) dias da respectiva alteração, para arquivamento, passando a fazer parte integrante, quando for o caso, deste CONTRATO.

11.7. O CONCESSIONÁRIO deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações) e nas Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

11.8. As informações e demonstrações contábeis e financeiras do CONCESSIONÁRIO deverão ser auditadas por empresa especializada de auditoria independente.

CLÁUSULA 12ª – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

12.1. O CONCESSIONÁRIO será responsável por toda a gestão, operação, apoio à visitação, execução de obras, bem como a conservação e a manutenção DOS MOBILIÁRIOS URBANOS

12.2. Todas as atividades desenvolvidas deverão ser divididas, organizadas e coordenadas, contemplando todos os aspectos físicos, humanos, financeiros, jurídicos, administrativos e econômicos necessários ao bom andamento organizacional.

12.3. Todos os serviços deverão ser realizados por profissionais devidamente capacitados para cada finalidade e devem ser respeitadas as normas e legislação vigente.

12.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, ANEXO ÚNICO deste CONTRATO.

12.5. O CONCESSIONÁRIO deverá executar de conformidade com o estabelecido neste CONTRATO os serviços objeto sob sua exclusiva responsabilidade e nas condições ofertadas que deverão, todavia, observar as determinações específicas para a execução contidas no Termo de Referência, ANEXO ÚNICO deste CONTRATO.

12.6. Os MOBILIÁRIOS URBANOS nos LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS serão assumidos pelo CONCESSIONÁRIO após a assinatura do TERMO DE ENTREGA DOS BENS REVERSÍVEIS de acordo com o CONTRATO.

12.7. A execução dos serviços deverá ser iniciada no tempo (prazo ou data) estabelecido na ORDEM DE SERVIÇO (O.S.) expedida pelo PODER CONCEDENTE.

12.7.1. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA deverão, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de publicação do extrato do CONTRATO no DOM, apresentar por escrito os nomes e cargos dos respectivos empregados ou representantes designados para serem responsáveis pela gestão do CONTRATO, nos aspectos técnicos e nos aspectos administrativos, e recebimento das correspondências aqui previstas.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

12.8. Pelo serviço executado de forma discrepante com o objeto obriga-se o CONCESSIONÁRIO a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, de conformidade com o notificado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e previstas em lei e no Contrato, o desempenho de qualquer trabalho em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

12.9. A ampliação, modificação ou transformação dos mobiliários, e/ou instalações em outras concepções que possam remodelar, tornar tais bens mais atrativos e economicamente viáveis do ponto de vista de negócios, poderão ser executadas, respeitadas as premissas do Termo de Referência, ANEXO ÚNICO deste CONTRATO e desde que haja anuência do PODER CONCEDENTE, respeitadas as normas aplicáveis aos referidos bens e aos locais de instalação.

12.10. Todas as alterações, novas instalações deverão atender os padrões legais e de engenharia, admitidas desde que atendidas as disposições legais, e previamente aprovadas pelo PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA 13ª – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. O CONCESSIONÁRIO poderá subcontratar com terceiros, até o limite de 30% (trinta por cento) o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido desde que de acordo com as regras do CONTRATO, da legislação pertinente, mediante comunicação ao PODER CONCEDENTE, cumpridas as seguintes condições:

13.1.1. O CONCESSIONÁRIO apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, a ser avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

13.1.2. É vedada a subcontratação total ou da parcela principal da obrigação;

13.1.3. Cumprimento aos requisitos técnicos e de habilitação imprescindíveis à execução do objeto, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021, pelo subcontratado indicado.

13.2. O CONCESSIONÁRIO responderá objetivamente pelos danos que seus empregados e terceiros contratados, nessa qualidade, causarem aos servidores, aos bens do PODER CONCEDENTE ou a terceiros.

13.3. A comunicação entre as PARTES e os pedidos de ações corretivas do PODER CONCEDENTE em relação ao CONCESSIONÁRIO deverão ocorrer por meio dos representantes indicados pelo CONCESSIONÁRIO.

13.4. Os contratos entre o CONCESSIONÁRIO e seus empregados e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito do trabalho e de direito privado, não se estabelecendo, em qualquer caso, relação de qualquer natureza entre os empregados e terceiros contratados e o PODER CONCEDENTE.

13.5. PODER CONCEDENTE não possui responsabilidade de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária ou qualquer outra relativa aos empregados do CONCESSIONÁRIO ou a terceiros por ela contratados.

13.6. O CONCESSIONÁRIO deverá indenizar e manter o PODER CONCEDENTE indene em razão de qualquer demanda ou prejuízo que este venha a sofrer em virtude de:

a. Ato praticado pelo CONCESSIONÁRIO, seus administradores, empregados,



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

prepostos, prestadores de serviços, terceiros com quem tenha contratado ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, incluindo despesas processuais, honorários sucumbenciais e demais encargos com os quais, direta ou indiretamente, venha a arcar em razão das hipóteses previstas na subcláusula anterior;

b. Questões de natureza trabalhista, previdenciária ou acidentária relacionadas aos empregados do CONCESSIONÁRIO e terceiros por ela contratados;

c. Incidência de responsabilidade objetiva por danos decorrentes de atos e fatos relacionados aos INVESTIMENTOS ou SERVIÇOS; e

d. Questões de natureza fiscal ou tributária, relacionadas aos INVESTIMENTOS ou SERVIÇOS.

13.7. O PODER CONCEDENTE poderá solicitar, a qualquer tempo, informações sobre a contratação de terceiros feita pelo CONCESSIONÁRIO para a execução do CONTRATO.

13.8. O conhecimento do PODER CONCEDENTE acerca de eventuais contratos firmados com terceiros não exime o CONCESSIONÁRIO do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes deste CONTRATO.

13.9. Para fins do disposto na subcláusula 13.1 o CONCESSIONÁRIO deverá adotar todas as cautelas para que os terceiros contratados ou subcontratados sejam detentores de capacidade técnica compatível com as atividades objeto do CONTRATO.

13.10. O CONCESSIONÁRIO deverá exigir dos subcontratados a comprovação da regularidade dos recolhimentos fiscais e previdenciários, bem como do cumprimento das obrigações trabalhistas, e o que demais for pertinente, devendo manter tais documentos sob sua guarda e responsabilidade.

13.11. Fica vedada a subcontratação de pessoas jurídicas ou físicas que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO, impedimento de contratar com o Município de São José dos Campos, declaradas inidôneas por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública federal, dos estados, Distrito Federal ou municípios, com falência decretada ou em processos de recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou qualquer outra forma de insolvência.

13.12. Nos casos previstos nesta cláusula, o CONCESSIONÁRIO é responsável pelos atos praticados pelo terceiro subcontratado, responsabilizando-se perante o PODER CONCEDENTE pelos serviços prestados.

13.13. A subcontratação de terceiros em regime de direito privado não configurará o instituto da SUBCONCESSÃO, nem acarretará nenhum vínculo do contratado e seus prepostos com o PODER CONCEDENTE.

13.14. A contratação com terceiros deverá ser previamente aprovada pelo PODER CONCEDENTE sempre que os terceiros forem PARTES RELACIONADAS, devendo o CONCESSIONÁRIO demonstrar que o contrato seguirá as condições usuais de mercado.

13.15. Em atenção ao disposto no §3º do art. 122 da Lei n.º 14.133, de 2021, é vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

13.16. Não será permitida a SUBCONCESSÃO do objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA 14ª – DA TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO E DO CONTROLE DO CONCESSIONÁRIO

14.1. Durante todo o prazo de vigência, a transferência da CONCESSÃO ou do CONTROLE acionário do CONCESSIONÁRIO somente poderá ocorrer mediante prévia anuência do PODER CONCEDENTE, sob pena de decretação da caducidade da CONCESSÃO, observadas as condições fixadas neste CONTRATO, e desde que não prejudique ou coloque em risco a execução do CONTRATO.

14.1.1. A anuência prévia exigida na subcláusula 14.1 abrange os atos que impliquem transferência de CONTROLE acionário direto do CONCESSIONÁRIO, mesmo quando o CONTROLE indireto permaneça com o mesmo GRUPO ECONÔMICO.

14.1.2. Para os fins deste CONTRATO, detentor direto do poder de CONTROLE do CONCESSIONÁRIO é a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob CONTROLE comum, integrante da estrutura acionária direta do CONCESSIONÁRIO, que atenda às condições indicadas nas alíneas do art. 116 da Lei Federal nº 6.404/76.

14.1.3. Aplica-se o disposto na subcláusula 14.1 também às hipóteses de alteração na composição societária do CONCESSIONÁRIO que implique a retirada de empresa detentora da qualificação técnica exigida para habilitação na LICITAÇÃO.

14.2. A transferência da CONCESSÃO ou do CONTROLE acionário do CONCESSIONÁRIO, e a retirada de empresa detentora de qualificação técnica, em caráter voluntário, nos termos do EDITAL, somente poderão ser autorizadas depois de concluída a etapa inicial dos INVESTIMENTOS, prevista para os primeiros 24 (vinte e quatro) meses contados a partir do TERMO DE ENTREGA DOS BENS REVERSÍVEIS, constantes do SUBANEXO A deste CONTRATO – CADERNO DE ENCARGOS, e mediante a comprovação do cumprimento regular das obrigações assumidas pelo CONCESSIONÁRIO.

14.3. O CONCESSIONÁRIO deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE solicitação de transferência de CONTROLE ou retirada da empresa detentora da qualificação técnica exigida nos termos do EDITAL, requerendo anuência à transferência ou à mencionada retirada almejada e apresentando, no mínimo, as seguintes informações e comprovações:

a. Identificação precisa do negócio jurídico, da alteração societária proposta e dos motivos para a sua realização;

b. Documentos relacionados à operação societária almejada, tais como cópias de atas de reunião de sócios ou acionistas do CONCESSIONÁRIO, correspondências, relatórios de auditoria e demonstrações financeiras;

c. Comprovação de que os pretendentes a assumir o CONTROLE societário ou que integrarão o bloco de CONTROLE do CONCESSIONÁRIO atendem a todos os requisitos de capacidade técnica – caso se trate de retirada da empresa detentora da qualificação técnica, na forma do EDITAL, idoneidade financeira e regularidade jurídica, fiscal e trabalhista necessários à continuidade da prestação dos serviços, nos exatos termos previstos no EDITAL;

d. Descrição da estrutura acionária e de gestão do CONCESSIONÁRIO que



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

resultará da transferência de CONTROLE, contendo, no mínimo: (i) indicação da composição societária do CONCESSIONÁRIO, (ii) acordos de acionista do CONCESSIONÁRIO, quando existentes, e (iii) identificação dos principais administradores;

e. Compromisso expreso daqueles que passarão a figurar como CONTROLADORES ou integrarão o bloco de CONTROLE do CONCESSIONÁRIO indicando que cumprirão integralmente todas as obrigações deste CONTRATO e seus SUBANEXOS, e de que apoiarão o CONCESSIONÁRIO no que for necessário à plena e integral adimplência das obrigações e ela atribuídas.

14.4. A transferência de CONTROLE somente será autorizada pelo PODER CONCEDENTE quando o pretendente:

- a. Atender às exigências de capacidade técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade jurídica, fiscal e trabalhista necessárias à assunção da CONCESSÃO, nos termos do EDITAL; e
- b. Cumprir com as exigências descritas nesta cláusula.

14.4.1. O PODER CONCEDENTE autorizará ou não o pedido do CONCESSIONÁRIO por meio de ato devidamente motivado, desde que não prejudique, tampouco coloque em risco, a execução deste CONTRATO.

14.5. Caso, por conta do estágio em que estiver a CONCESSÃO, alguns dos requisitos de capacidade técnica e idoneidade financeira exigidos no EDITAL não sejam mais necessários para a adequada prestação dos serviços, o PODER CONCEDENTE poderá dispensar sua comprovação.

14.6. A autorização para a transferência da CONCESSÃO ou do CONTROLE acionário direto, caso seja concedida pelo PODER CONCEDENTE, será formalizada, por escrito, indicando as condições e requisitos para sua realização.

14.7. Para fins da autorização de que trata esta cláusula, o PODER CONCEDENTE examinará o pedido apresentado pelo CONCESSIONÁRIO no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos e documentos adicionais ao CONCESSIONÁRIO e/ou convocar os acionistas do CONCESSIONÁRIO e promover quaisquer outras diligências que considerar adequadas.

14.8. A realização das operações societárias alcançadas por este CONTRATO, sem a obtenção da anuência do PODER CONCEDENTE previamente à formalização da operação, quando for o caso, importará na aplicação das sanções previstas neste CONTRATO, podendo o PODER CONCEDENTE, a seu critério, adicionalmente à aplicação das penalidades:

- a. Determinar, quando entender cabível a anuência a posteriori, que a proponente apresente a documentação pertinente e solucione eventuais pendências, ainda que extemporaneamente;
- b. Determinar que o CONCESSIONÁRIO retorne ao status quo ante, quer mediante atuação do próprio CONCESSIONÁRIO, desfazendo a alteração societária ou praticando atos societários que impliquem retorno do capital acionário à empresa originalmente detentora das ações, quer, de outro lado, por ato do próprio PODER CONCEDENTE, buscando a anulação da alteração societária, observando-se o disposto no artigo 35, inciso I, da Lei Federal nº 8.934/1994; e
- c. Não sendo possível a superação do vício na alteração da composição acionária



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

do CONCESSIONÁRIO ou de seus controladores, a decretação da caducidade da CONCESSÃO, com as consequências previstas neste CONTRATO.

CLÁUSULA 15ª – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

15.1. Compete ao PODER CONCEDENTE entre outras previsões em CONTRATO:

15.1.1. Transferir a posse do imóvel para o CONCESSIONÁRIO no dia seguinte à emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

15.1.2. Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação;

15.1.3. Realizar a publicação resumida do instrumento de CONTRATO e seus aditivos na Imprensa Oficial, dentro dos prazos estabelecidos por lei.

15.1.4. Analisar, propor adequações e aprovar todos os PROJETOS EXECUTIVOS e suas eventuais modificações;

15.1.5. Responsabilizar-se pelos ônus, danos, despesas, pagamentos, indenizações e eventuais medidas judiciais decorrentes de atos ou fatos anteriores emissão da ORDEM DE SERVIÇO, relacionados ao OBJETO da CONCESSÃO, bem como de atos ou fatos que, embora posteriores à emissão da ORDEM DE SERVIÇO, decorram de culpa exclusiva do PODER CONCEDENTE;

15.1.6. Operar os MOBILIÁRIOS (PMV's, MUPI's, RED's) até a data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO e assistir ao CONCESSIONÁRIO na transição da operação, nos termos estabelecidos neste CONTRATO;

15.1.7. Cumprir e fazer cumprir a legislação que autoriza a exploração de espaços publicitários em equipamentos urbanos, tomando as medidas necessárias à prevenção e/ou correção de eventuais danos;

15.1.8. Fornecer ao CONCESSIONÁRIO todas as informações que lhe estejam disponíveis e sejam relevantes para o bom desenvolvimento da CONCESSÃO;

15.1.9. Fundamentar devidamente suas decisões, aprovações, pedidos ou demais atos praticados ao abrigo do CONTRATO;

15.1.10. Indicar formalmente o(s) agente(s) público(s) responsável(is) pelo acompanhamento do CONTRATO;

15.1.11. Acompanhar, fiscalizar permanentemente e atestar o cumprimento do CONTRATO, bem como analisar as informações prestadas pelo CONCESSIONÁRIO, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações;

15.1.12. Aplicar as sanções e penalidades e adotar as demais medidas necessárias ao cumprimento regular do CONTRATO, em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pelo CONCESSIONÁRIO;

15.1.13. Comunicar por escrito qualquer falta, deficiência, ou não conformidades na execução dos serviços, assim que identificados, para imediata correção pelo CONCESSIONÁRIO;

15.1.14. Comunicar por escrito qualquer solicitação de reparo ou reposição de infraestrutura, equipamentos ou qualquer solicitação/reclamação a respeito das atividades desempenhadas;



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

15.1.15. Exigir o pronto reparo pelo CONCESSIONÁRIO de qualquer falha construtiva ou de funcionamento, sob pena de aplicação das penalidades previstas em CONTRATO;

15.1.16. Assegurar o cumprimento de seus compromissos financeiros, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO;

15.1.17. Manter vigente a estrutura de garantia prevista na Cláusula 10 durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, observados os termos e as condições deste CONTRATO;

15.1.18. Encaminhar ao CONCESSIONÁRIO as queixas, reclamações, comentários e críticas dos USUÁRIOS, referentes ao objeto do CONTRATO, recebidos pelo sistema 156, ao preposto indicado;

15.1.19. Garantir ao CONCESSIONÁRIO a plena exploração das RECEITAS, na forma prevista neste CONTRATO e em seus SUBANEXOS, desde que se trate de usos compatíveis com o PLANO DE EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA e com a legislação vigente.

CLÁUSULA 16ª – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

16.1. O CONCESSIONÁRIO deve cumprir todas as obrigações constantes neste CONTRATO e em seu ANEXO ÚNICO, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.1.1. Garantir que a população tenha acesso a informações em tempo real sobre os serviços de transporte, especialmente os horários de chegada e partida, aumentando a eficiência e a previsibilidade do sistema, de conformidade com as previsões contidas no Edital, Anexos e no Termo de Referência, para tanto cumprir em relação ao (a):

16.1.1.1. Fornecimento e Instalação

a. Implantação de Hardware e Software: Fornecer e instalar todos os equipamentos (telas de LED, totens, suportes) e os sistemas de gestão de dados necessários para a operação.

b. Adequação Tecnológica: Garantir que os painéis possuam alta visibilidade, luminosidade adequada para ambientes externos e tecnologia que permita atualizações em tempo real.

c. Conformidade com Normas: Instalar os equipamentos em pontos estratégicos definidos pelo Poder Concedente, respeitando normas de segurança viária e acessibilidade.

16.1.1.2. Operação e Gestão da Informação

a. Precisão de Dados: Garantir a fidedignidade dos horários de partidas e chegadas dos ônibus, integrando o sistema de PMVs com o [Sistema de Monitoramento \(GPS\)](#) da frota.

b. Atualização em Tempo Real: Manter a comunicação direta com o Centro de Controle Operacional (CCO) para informar sobre atrasos, alterações de itinerário ou situações de emergência.

c. Continuidade do Serviço: Assegurar a prestação do serviço de forma ininterrupta, conforme o princípio da continuidade dos serviços públicos.

16.1.1.3. Manutenção e Conservação



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

a. Manutenção Preventiva e Corretiva: Realizar revisões periódicas e reparos imediatos em caso de vandalismo, falhas técnicas ou desgaste natural dos equipamentos.

b. Zelo pelo Patrimônio: Manter os bens públicos concedidos em perfeitas condições de conservação e limpeza durante todo o período do contrato.

16.1.1.4. Obrigações Administrativas e Financeiras

a. Responsabilidade Civil: Responder por quaisquer danos causados a terceiros, usuários ou à Administração Pública decorrentes da execução do serviço.

b. Prestação de Contas e Fiscalização: Permitir livre acesso dos órgãos fiscalizadores aos registros técnicos, contábeis e às instalações do serviço.

c. Encargos Financeiros: Arcar com todos os custos de operação, impostos, seguros e, se previsto em edital, o pagamento da [outorga \(valor pelo uso do espaço público\)](#).

d. Regras de Comunicação: Sendo a remuneração do CONCESSIONÁRIO por meio da exploração de publicidade nos painéis, obriga-se a cumprir rigorosamente as regras municipais de comunicação.

16.1.5. Cumprir e respeitar as cláusulas e condições do CONTRATO e seu ANEXO ÚNICO, da PROPOSTA COMERCIAL apresentada e dos documentos relacionados, submetendo-se plenamente à regulamentação existente ou a que venha a ser editada, às normas da ABNT e/ou do INMETRO ou outro órgão regulamentador competente, bem como às especificações e projetos pertinentes, aos prazos e às instruções da fiscalização do PODER CONCEDENTE, cumprindo ainda com as metas e os parâmetros de qualidade, e demais condicionantes para a execução do OBJETO da CONCESSÃO;

16.1.6. Cumprir as obrigações contidas no CONTRATO e nos respectivos ANEXOS, mantendo o PODER CONCEDENTE informado a respeito das atividades executadas para tanto;

16.1.7. Possuir, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à execução do objeto;

16.1.8. Manter o PODER CONCEDENTE livre de qualquer litígio, assumindo, quando aceito pelo Poder Judiciário, a posição de parte, e, quando indeferida a substituição processual ou mantida solidariamente, assumindo a condução do processo e o patrocínio de eventuais ações judiciais movidas por terceiros em decorrência da execução do objeto deste CONTRATO;

16.1.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação;

16.1.8. Acatar, respeitar e cumprir com as deliberações do PODER CONCEDENTE;

16.1.9. Apresentar ao PODER CONCEDENTE os projetos executivos dos equipamentos a serem instalados nos termos e nos prazos indicados, acompanhado, quando for o caso, de estudos técnicos e pareceres;

16.1.10. Cumprir os PLANOS apresentados, procedendo, caso necessário, à sua alteração;

16.1.11. Informar imediatamente quando da identificação de passivos e/ou irregularidades nos locais de instalação dos equipamentos da CONCESSÃO;

16.1.12. Proceder a realização higienização dos equipamentos ou demais procedimentos análogos;



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

16.1.13. Dar destinação ambientalmente adequada para todos os resíduos produzidos e de implantação de gestão, visando à eficiência energética;

16.1.14. Responsabilizar-se pela destinação, triagem, transporte, armazenagem, descarte e/ou aproveitamento dos resíduos eventualmente originados na CONCESSÃO, inclusive aqueles decorrentes da logística reversa, observadas as normas técnicas pertinentes, os dispositivos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis e as exigências quanto às autorizações necessárias para essa finalidade, inclusive as licenças ambientais, se aplicáveis;

16.1.15. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou chefe do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.1.16. Assegurar livre acesso, em qualquer época, das pessoas encarregadas, pelo PODER CONCEDENTE, da fiscalização aos locais e equipamentos onde estejam sendo desenvolvidas atividades relacionadas com o objeto da CONCESSÃO;

16.1.17. Cooperar e apoiar para o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização do PODER CONCEDENTE, permitindo o acesso aos equipamentos e às instalações atinentes ao OBJETO do CONTRATO, bem como aos registros contábeis, dados e informações operacionais, seus e, tanto quanto possível, de suas eventuais subcontratadas;

16.1.18. Manter, durante a vigência do CONTRATO, as qualificações técnica, econômico-financeira, regularidade fiscal e outras que permitiram a sua habilitação e qualificação relativamente à LICITAÇÃO que precedeu a assinatura do CONTRATO, para a consecução de todas as obrigações estabelecidas com a eficiência e a qualidade contratualmente definidas;

16.1.19. Observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação tributária e à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, isentando o PODER CONCEDENTE de qualquer responsabilização relacionada e apresentando-lhe, relatório acompanhado da documentação que comprove o atendimento das exigências legais correspondentes, sempre que solicitado;

16.1.20. Paralisar, por determinação do PODER CONCEDENTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

16.1.21. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade pelo fato de haver a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo PODER CONCEDENTE;

16.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do PODER CONCEDENTE;

16.1.23. Indicar e manter um responsável técnico à frente dos trabalhos (preposto), com poderes para representar o CONCESSIONÁRIO junto ao PODER CONCEDENTE, indicando as formas para contato (telefone, e-mail, endereço postal);

16.1.24. Atender a convocações formalmente encaminhadas pelo PODER CONCEDENTE, inclusive para participar de reuniões;

16.1.25. Manter atualizado o INVENTÁRIO e o registro dos BENS REVERSÍVEIS;



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

16.1.26. Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta (compliance);

16.1.27. Submeter previamente à autorização do PODER CONCEDENTE as alterações de cláusulas de seu estatuto social e, ainda, as hipóteses de fusão, cisão, incorporação ou alteração do CONTROLE societário, durante a vigência deste CONTRATO;

16.1.28. Submeter previamente à autorização do PODER CONCEDENTE, durante todo o prazo de vigência, a transferência da CONCESSÃO ou do CONTROLE acionário do CONCESSIONÁRIO.

16.1.29. É vedada a SUBCONCESSÃO do objeto contratado;

16.1.30. Apresentar ao PODER CONCEDENTE, anualmente, em até 90 (noventa) dias posteriores a cada aniversário do CONTRATO, um balanço geral das atividades realizadas.

16.1.31. Contratar os seguros para os riscos relevantes e usuais da CONCESSÃO nos termos do CONTRATO, responsabilizando-se, em qualquer caso, pelos danos causados por si, seus representantes, prepostos ou subcontratados, na execução da CONCESSÃO, perante o PODER CONCEDENTE ou terceiros, no mínimo quanto a:

16.1.31.1. Seguro de Responsabilidade Civil Geral

Este é o seguro para a operação em ambiente urbano. Ele deve cobrir danos involuntários, corporais ou materiais, causados a terceiros decorrentes da instalação, manutenção ou queda dos equipamentos.

a. Riscos cobertos: Danos a pedestres ou passageiros causados por falhas na fixação dos painéis, curto-circuitos que gerem incêndios ou danos a veículos próximos durante manutenções.

b. Extensões recomendadas: Responsabilidade Civil de Empregador (danos aos próprios funcionários na operação) e Danos Morais.

16.1.31.2. Seguro Garantia (Performance Bond)

Exigido para garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas pelo concessionário perante o Poder Público.

a. Finalidade: Garante que, se o concessionário abandonar a instalação ou não realizar a manutenção dos horários de chegada/partida conforme o edital, a seguradora indenizará a administração pública ou garantirá a conclusão do serviço.

b. Base Legal: Comumente fundamentado na [Lei nº 14.133/2021](#) (Nova Lei de Licitações) e/ou na [Lei nº 8.987/1995](#) (Lei das Concessões).

16.1.31.3. Seguro de Riscos de Engenharia (Fase de Instalação)

Essencial para o período inicial de implementação dos PMVs.

a. Riscos cobertos: Danos físicos ocorridos durante as obras de instalação, como erros de montagem, quebra de equipamentos no manuseio, ou danos à infraestrutura existente (ex: calçadas, postes de iluminação ou terminais).

16.1.31.4. Seguro de Danos Materiais (Riscos Nomeados/Operacionais)

Protege o patrimônio objeto da concessão (os próprios painéis) contra riscos externos.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

a. Riscos cobertos: Incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos (crucial para eletrônicos), vendaval e, especialmente, vandalismo e colisão de veículos contra as estruturas.

b. Importância: Como o serviço de informação de horários é essencial, o seguro garante recursos para a reposição rápida de equipamentos danificados, mantendo a continuidade do serviço público.

16.1.31.5. Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

Embora menos comum em mobiliário simples, torna-se relevante se o concessionário for responsável pela gestão dos dados e integração tecnológica dos horários de ônibus.

a. Finalidade: Cobrir perdas financeiras decorrentes de erros ou omissões na transmissão de informações críticas que possam causar prejuízos sistêmicos à operação do transporte.

16.1.32. Manter vigente a GARANTIA DE EXECUÇÃO contratual e os seguros necessários, nos termos dispostos neste CONTRATO DE CONCESSÃO;

16.1.33. Entregar ao PODER CONCEDENTE cópia das apólices de seguros e comprovantes de pagamento de prêmios, bem como das suas eventuais renovações, nos termos do CONTRATO;

16.1.34. Transmitir gratuitamente ao PODER CONCEDENTE ao final do CONTRATO todos os direitos de propriedade intelectual sobre os estudos e projetos elaborados para os fins específicos da CONCESSÃO, os direitos sobre marcas relacionadas à CONCESSÃO, bem como projetos, planos, plantas, documentos e outros materiais necessários para o desempenho das atividades da CONCESSÃO.

16.1.35. Comunicar ao PODER CONCEDENTE, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, impeçam ou venham a impedir a normal execução do OBJETO;

16.1.36. Obter, quando aplicável, todas as licenças, permissões e autorizações exigidas para a plena execução do OBJETO da CONCESSÃO, devendo se responsabilizar por todas as providências necessárias para a sua obtenção junto aos órgãos competentes nos termos da legislação vigente e arcando com todas as despesas e custos envolvidos;

16.1.37. Manter atualizadas todas as licenças, alvarás e autorizações, sempre que aplicáveis, junto aos órgãos responsáveis;

16.1.38. Informar ao PODER CONCEDENTE caso quaisquer licenças, permissões ou autorizações para a plena execução do OBJETO da CONCESSÃO sejam retiradas, revogadas ou caducarem, ou, por qualquer motivo, deixarem de operar os seus efeitos, indicando, desde logo, as medidas que tenham sido e/ou que serão tomadas para a sua obtenção;

16.1.39. Cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança, higiene e do trabalho, cabendo à fiscalização aos órgãos municipais, estaduais e federais;

16.1.40. Responder perante o PODER CONCEDENTE e terceiros pelos serviços subcontratados;

16.1.41. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO;

16.1.42. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste CONTRATO;

16.2. O CONCESSIONÁRIO, sem prejuízo e adicionalmente a outros direitos previstos na legislação aplicável e no CONTRATO, terá direito a:

16.2.1. Explorar o OBJETO da CONCESSÃO com ampla liberdade empresarial e de gestão de suas atividades, observadas as limitações e condicionantes fixadas no CONTRATO e na legislação aplicável, e observada, para CONTRATOS e quaisquer tipos de acordos ou ajustes celebrados pelo CONCESSIONÁRIO com quaisquer TERCEIROS, a conformidade com as condições de mercado;

16.2.2. Fazer jus à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do CONTRATO;

16.2.3. Subcontratar terceiros para o desenvolvimento de atividades relacionadas à execução do OBJETO, nos termos da legislação e do CONTRATO;

16.2.4. Ter o direito de receber respostas, autorizações ou definições do PODER CONCEDENTE dentro do tempo estipulado em contrato, garantindo celeridade e segurança jurídica.

CLÁUSULA 17ª – DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A execução do CONTRATO deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do CONTRATO, ou pelos respectivos substitutos.

17.2. O fiscal do CONTRATO anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do CONTRATO, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

17.3. O fiscal do CONTRATO informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

17.4. O CONCESSIONÁRIO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do CONTRATO, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo PODER CONCEDENTE.

17.5. A fiscalização da execução do CONTRATO, abrangendo todas as atividades do CONCESSIONÁRIO, durante todo o seu prazo de vigência, será desempenhada pela Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade que poderá se valer de apoio técnico de terceiros, inclusive de entidades da administração indireta, nos termos da legislação e do CONTRATO, que terá como atribuições, entre outras:

- a. Zelar pelo cumprimento do CONTRATO sob sua responsabilidade;
- b. Adotar as providências necessárias para regularização das faltas ou defeitos observados;
- c. Intimar o CONCESSIONÁRIO para dirimir falhas verificadas na execução da concessão, estabelecendo prazo para a resolução dos problemas;
- d. Acompanhar e fiscalizar as atividades desenvolvidas pelo CONCESSIONÁRIO “in



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

loco", por meio de vistorias, quando julgar necessário;

17.6. A fiscalização dos serviços inerentes às atividades do PARQUE prestada pelo CONCESSIONÁRIO, relacionados nas especificações técnicas deste CONTRATO ou normas técnicas à que se sujeitam as atividades intrínsecas à realização do objeto, será exercida pelo PODER CONCEDENTE, por meio de pessoal credenciado e devidamente identificado ou por entidade com ela conveniada.

17.7. Os agentes de fiscalização poderão determinar a paralisação do serviço ou atividade, em situações de urgência ou de comprometimento da segurança do USUÁRIO, exigindo que o CONCESSIONÁRIO, em caráter preventivo adote todas as medidas cabíveis para a restauração da normalidade.

17.8. O CONCESSIONÁRIO se obriga a fornecer ao PODER CONCEDENTE os resultados contábeis, dados estatísticos e quaisquer elementos que forem solicitados para fins de controle e fiscalização, atendendo aos prazos e formas de apresentação fixados pelo PODER CONCEDENTE, respeitados, quando houver, os prazos legais.

17.9. No exercício da fiscalização, o PODER CONCEDENTE terá livre acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros do CONCESSIONÁRIO.

17.10. O PODER CONCEDENTE poderá intervir na CONCESSÃO com o fim de assegurar a adequação na operação do PARQUE, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

17.11. A intervenção far-se-á por Decreto do Município, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

17.12. O CONCESSIONÁRIO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do CONTRATO, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo PODER CONCEDENTE.

17.13. A fiscalização da CONCESSÃO abrangerá todas as atividades do CONCESSIONÁRIO, incluindo a aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO e será executada, durante todo o prazo do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE, por meio de fiscal(is) do contrato, indicados em ato do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.

17.14. O PODER CONCEDENTE poderá demandar ao CONCESSIONÁRIO, a qualquer tempo e sob qualquer circunstância, informações de natureza técnica, operacional, econômica, financeira e contábil, bem como medições e prestações de contas, conferindo prazo razoável para o atendimento das solicitações que fizer.

17.15. O PODER CONCEDENTE poderá realizar, sempre que necessitar, na presença de representantes do CONCESSIONÁRIO, verificações *in loco* nos locais de instalação dos equipamentos, inclusive e principalmente acerca do atendimento dos SERVIÇOS.

17.16. No exercício da fiscalização, o PODER CONCEDENTE também poderá:

a. Acompanhar a execução de INVESTIMENTOS e a prestação dos SERVIÇOS nos LOCAIS dos equipamentos, bem como a conservação dos BENS REVERSÍVEIS;

b. Proceder a vistoria para a aferição da adequação das instalações e equipamentos, determinando, de forma fundamentada, as necessárias correções, reparos,



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

remoções, reconstruções ou substituições às expensas do CONCESSIONÁRIO, quando estiverem em desacordo com as especificações prescritas no CONTRATO e respectivos SUBANEXOS;

c. Desde que devidamente fundamentado, determinar que sejam refeitos INVESTIMENTOS e SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS, sem ônus para o PODER CONCEDENTE, se os já executadas seu ANEXO ÚNICO, bem como com a legislação vigente e as normas técnicas aplicáveis; e

d. Aplicar as sanções e penalidades previstas no CONTRATO.

17.17. O CONCESSIONÁRIO declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo PODER CONCEDENTE para fiscalização da CONCESSÃO, obrigando-se a lhe fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao bom desempenho de suas atividades, dentro do prazo que lhe for estabelecido pelo PODER CONCEDENTE.

17.18. A aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO e a elaboração dos respectivos relatórios, notas técnicas e/ou outros documentos aplicáveis dar-se-ão conforme a periodicidade e demais requisitos estabelecidos no CONTRATO e no SUBANEXO B deste CONTRATO – INDICADORES E SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO.

17.19. As divergências quanto à aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO e ao(s) relatório(s) emitido(s) pelo PODER CONCEDENTE, serão dirimidas entre as PARTES por meio da adoção dos mecanismos de solução de conflitos previstos no CONTRATO.

17.20. Na hipótese de não divulgação do resultado da aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO e a correspondente nota do CONCESSIONÁRIO nos prazos previstos no CONTRATO e em seus SUBANEXOS, o valor devido a título de CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL será aquele previsto como máximo no EDITAL, não sofrendo qualquer acréscimo até que a avaliação dos INDICADORES DE DESEMPENHO e a nota do CONCESSIONÁRIO sejam devidamente divulgadas.

17.21. O decréscimo no valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, se devido, passará a ser aplicado a partir da parcela imediatamente posterior à divulgação, e considerará o período porventura já transcorrido entre o início do ano da CONCESSÃO e a data da divulgação.

17.22. Para fins da subcláusula 17.20., os INDICADORES DE DESEMPENHO e a nota do CONCESSIONÁRIO valerão pelo período de 3 (três) meses contados da data em que deveriam ter sido originalmente divulgados.

17.23. Na hipótese em que o CONCESSIONÁRIO se recusar a acatar as determinações realizadas pelo PODER CONCEDENTE, este poderá adotar, diretamente ou por meio de terceiros, as providências necessárias para corrigir a situação, correndo os respectivos custos por conta do CONCESSIONÁRIO, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades pertinentes.

17.24. Eventual solicitação do PODER CONCEDENTE para o refazimento de INVESTIMENTOS e SERVIÇOS que estejam em consonância com os parâmetros e requisitos fixados no CONTRATO e seus SUBANEXOS ensejarão a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor do CONCESSIONÁRIO, observado o procedimento definido neste CONTRATO.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

CLÁUSULA 18ª – DOS INVESTIMENTOS

18.1. Competirá ao CONCESSIONÁRIO, no âmbito desta CONCESSÃO, realizar os INVESTIMENTOS previstos no ANEXO ÚNICO deste CONTRATO –respeitados os prazos ali dispostos.

18.2. O PODER CONCEDENTE acompanhará a execução dos INVESTIMENTOS e expedirá determinações ao CONCESSIONÁRIO sempre que, justificadamente, entender que os prazos previstos no ANEXO ÚNICO deste CONTRATO possam vir a ser comprometidos ou, ainda, que a qualidade dos INVESTIMENTOS se encontre comprometida, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções previstas neste CONTRATO.

18.3. O PODER CONCEDENTE poderá exigir do CONCESSIONÁRIO, quando for o caso, a elaboração de planos para a recuperação de atrasos na execução dos INVESTIMENTOS visando ao atendimento dos prazos previstos no ANEXO ÚNICO deste CONTRATO – CADERNO DE ENCARGOS, observada a causa do atraso e garantindo que a responsabilidade pelos custos da elaboração e da implementação do plano seguirá a alocação de riscos do CONTRATO.

18.4. O CONCESSIONÁRIO poderá propor INVESTIMENTOS OPCIONAIS ao PODER CONCEDENTE, que poderá, de forma fundamentada, manifestar objeção à realização destes, caso se apresentem em dissonância com os objetivos da CONCESSÃO ou com as normas vigentes.

CLÁUSULA 19ª – DOS PROJETOS

19.1. O CONCESSIONÁRIO é responsável por realizar, por sua conta e risco, pela realização de pesquisas, levantamentos e estudos, bem como pela elaboração de anteprojetos, projetos básicos e executivos, observado o disposto no ANEXO ÚNICO deste CONTRATO.

19.2. O CONCESSIONÁRIO, na forma do ANEXO ÚNICO deste CONTRATO, apresentará os anteprojetos para o PODER CONCEDENTE, podendo este apresentar determinações, que deverão ser consideradas na reapresentação e incorporadas nos PROJETOS EXECUTIVOS, conforme o caso.

19.3. O CONCESSIONÁRIO será responsável pela apresentação dos PROJETOS EXECUTIVOS ao PODER CONCEDENTE em tempo hábil para a execução das INTERVENÇÕES.

19.4. Havendo objeção pelo PODER CONCEDENTE aos PROJETOS EXECUTIVOS apresentados, caberá ao CONCESSIONÁRIO efetuar as correções necessárias, às suas expensas, e reapresentá-los no prazo constante no ANEXO ÚNICO deste CONTRATO.

19.5. O PODER CONCEDENTE pronunciar-se-á acerca dos novos PROJETOS EXECUTIVOS apresentados no prazo constante no ANEXO ÚNICO deste CONTRATO.

19.6. Na ausência de pronunciamento do PODER CONCEDENTE nos prazos indicados pelo ANEXO ÚNICO deste CONTRATO, os PROJETOS EXECUTIVOS apresentados pelo CONCESSIONÁRIO serão automaticamente considerados como não tendo sofrido qualquer objeção.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

19.7. O CONCESSIONÁRIO somente poderá iniciar a execução das INTERVENÇÕES mediante não objeção, expressa ou tácita, do PODER CONCEDENTE, na forma desta cláusula.

19.8. O CONCESSIONÁRIO poderá firmar CONTRATO específico com terceiros para cumprimento da obrigação constante nesta cláusula, sem prejuízo de que é sua a responsabilidade pela qualidade dos PROJETOS EXECUTIVOS apresentados.

19.9. O CONCESSIONÁRIO não poderá opor ao PODER CONCEDENTE quaisquer exceções ou meios de defesa para se eximir, total ou parcialmente, das obrigações decorrentes do presente CONTRATO, tal como a alegação de fatos resultantes das relações contratuais estabelecidas com os terceiros de que trata a subcláusula 23.10.

19.10. A não objeção, expressa ou tácita, do PODER CONCEDENTE quanto aos PROJETOS EXECUTIVOS ou estudos apresentados pelo CONCESSIONÁRIO não implica qualquer responsabilidade para o PODER CONCEDENTE, nem exime o CONCESSIONÁRIO, total ou parcialmente, das obrigações decorrentes deste CONTRATO, assim como das disposições legais ou regulamentares pertinentes, permanecendo sobre a exclusiva responsabilidade do CONCESSIONÁRIO as eventuais imperfeições do projeto.

19.11. Os projetos deverão apresentar responsável técnico através da emissão de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.

CLÁUSULA 20ª – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

20.1. O CONCESSIONÁRIO é integral, e exclusivamente, responsável por todos os riscos relacionados à CONCESSÃO.

20.2. O CONCESSIONÁRIO não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, cuja responsabilidade é do PODER CONCEDENTE.

20.3. Riscos são eventos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que efetivamente impactem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, podendo ensejar o direito a reequilíbrio.

20.4. Pelo serviço executado de forma discrepante com o objeto obriga-se o CONCESSIONÁRIO a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, de conformidade com o notificado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e previstas em lei e no Contrato, o desempenho de qualquer trabalho em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

20.5. Ao longo de toda a execução do contrato, o CONCESSIONÁRIO deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

20.6. Sempre que solicitado pela Administração, o CONCESSIONÁRIO deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com a indicação de empregados que preencherem as referidas vagas.

CLÁUSULA 21ª – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

21.1. MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

21.1.1. Sempre que atendidas as condições do CONTRATO e mantida a alocação de riscos nele estabelecida, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

21.1.2. Nenhuma PARTE fará jus à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no CONTRATO venham a se materializar.

21.1.2.1. Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando qualquer das PARTES sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que, comprovadamente, promova desbalanceamento do equilíbrio econômico e financeiro do CONTRATO.

21.1.2.2. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO pressupõe a verificação das condições econômicas globais do CONTRATO e restringe-se à neutralização dos efeitos econômicos e financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado neste CONTRATO, considerando-se, para o atingimento da neutralização pretendida, os efeitos econômico-financeiros, tributários e contábeis decorrentes da medida de reequilíbrio eleita.

21.1.2.3. Reputar-se-á como desequilibrado o CONTRATO também nos casos em que qualquer das PARTES aufera benefícios em decorrência do descumprimento ou atraso no cumprimento das obrigações a ela atribuídas.

21.1.2.4. Também reputar-se-á desequilibrado o CONTRATO nas hipóteses em que houver atribuição ao CONCESSIONÁRIO de obrigações originalmente alocadas ao PODER CONCEDENTE, ou, ainda, atribuição ao PODER CONCEDENTE, de obrigações originalmente alocadas ao CONCESSIONÁRIO.

21.1.2.5. Diante da materialização de EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, somente caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO com relação à parcela do desequilíbrio pleiteado cuja exata medida for comprovada pelo pleiteante, ainda que valendo-se de estimativas para demonstrar o efetivo impacto do evento quando inexistir dados que permitam sua precisa mensuração.

21.1.2.6. Para além das hipóteses previstas na subcláusula 26.1.2, também será cabível a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, na hipótese de modificação unilateral, imposta pelo PODER CONCEDENTE, das condições de execução do CONTRATO, desde que, como resultado direto dessa modificação, verifique-se efetiva alteração dos custos ou da RECEITA do CONCESSIONÁRIO, para mais ou para menos.

21.1.2.7. Não ensejarão o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, os INVESTIMENTOS OPCIONAIS, ainda que tenham sido aprovados pelo PODER CONCEDENTE.

21.1.3. Na interpretação e aplicação de toda e qualquer situação, no âmbito deste CONTRATO, na qual seja necessária a avaliação acerca da PARTE à qual tenha sido alocado determinado risco inerente à CONCESSÃO, é necessário que se considere o regramento contratual de forma abrangente e contextualizada, de modo que os riscos alocados contratualmente sejam compreendidos como gêneros e suas derivações, e detalhamentos ou espécies deverão ser consideradas como parte integrante do referido risco analisado.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

21.1.3.1. As PARTES concordam que na avaliação abrangente dos riscos alocados contratualmente a cada uma das PARTES, na forma da subcláusula 21.1.3, acima, considerar-se-ão como integrantes de um mesmo risco as situações semelhantes, entendidas como aquelas nas quais haja equivalência de natureza ou características, assim como nas quais haja similaridade em relação às condições de enfrentamento e mitigação do referido risco em análise, em relação a riscos previstos expressamente no texto deste CONTRATO e do seu ANEXO ÚNICO.

21.1.3.2. Os riscos cuja alocação seja extraída do disposto na subcláusula 21.1.3, ainda que indiretamente, são considerados, para todos os fins, como riscos originalmente alocados nos termos do CONTRATO, devendo a PARTE à qual foi alocado o risco assumir todos os seus efeitos e lidar com sua eventual materialização.

21.1.3.3. As disposições da subcláusula 21.1.3 não poderão, em nenhuma hipótese, ser interpretadas ou aplicadas com a finalidade de alterar a alocação de riscos originais do CONTRATO, compreendida como a alocação de riscos expressa nas Cláusulas 20, 21.1.3.

21.2. DA IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS ENSEJADORES DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

21.2.1. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por qualquer uma das PARTES, sendo que à PARTE pleiteante caberá a demonstração tempestiva da ocorrência e identificação de EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

21.2.1.1. A PARTE pleiteante deverá identificar o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e comunicar a outra PARTE em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua materialização, com vistas a resguardar a contemporaneidade das relações contratuais, bem como possibilitar o adequado manejo das consequências do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

21.2.1.2. Nos casos em que houver a identificação de vício oculto pela PARTE pleiteante, o prazo identificado na subcláusula 21.2.1.1, acima, será contado a partir da data em que deveria ter sido constatado o defeito oculto, considerando a execução das obrigações contratuais.

21.2.1.3. No prazo previsto na subcláusula 21.2.1.1, acima, a PARTE pleiteante deverá comunicar à outra PARTE a ocorrência do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO identificado, ainda que indicando valores provisórios e estimativas sujeitas a revisão, sem prejuízo da possibilidade de complementação da instrução do processo posteriormente a este prazo, nas hipóteses em que o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO perdurar por longo período de tempo, ou, por qualquer outra razão, não se mostrar possível a apresentação do pedido de recomposição instruído com todos os documentos exigidos na subcláusula 21.5.1 ou 21.6.1.

21.3. DAS MODALIDADES PARA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

21.3.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será efetivada, de comum acordo entre as PARTES, mediante as seguintes modalidades:

- a. Prorrogação ou redução do PRAZO DA CONCESSÃO;
- b. Revisão dos encargos e obrigações assumidos pelo CONCESSIONÁRIO, incluindo o percentual destinado aos encargos acessórios, desde que preservados os parâmetros de qualidade mínimos nos INVESTIMENTOS e nos SERVIÇOS prestados aos



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

USUÁRIOS;

- c. Revisão dos prazos para execução dos INVESTIMENTOS;
- d. Pagamento de indenização em dinheiro, em uma ou mais parcelas;
- e. Dação em pagamento de bens e/ou cessão de receitas patrimoniais;
- f. Assunção, por uma PARTE, de custos atribuídos pelo CONTRATO à outra PARTE;
- g. Exploração de RECEITAS para além do PRAZO DA CONCESSÃO;
- h. Combinação de 02 (duas) ou mais modalidades anteriores ou outras permitidas pela legislação;
- i. Adoção de quaisquer outros mecanismos ou instrumentos jurídicos, financeiros ou operacionais, que se revelem técnica, econômica e juridicamente viáveis, necessários e adequados ao efetivo restabelecimento da equação econômico- financeira original do CONTRATO, desde que devidamente fundamentados e pactuados de comum acordo entre as PARTES.

21.3.2. As alternativas para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não poderão alterar a alocação de riscos originalmente prevista neste CONTRATO.

21.3.2.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será formalizada em Termo Aditivo ao presente CONTRATO.

21.3.2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do CONTRATO, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme previsão do art. 136, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.3.2.3. A prorrogação automática pelo tempo correspondente poderá ser modificada por acordo entre as PARTES, desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro.

21.4. DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA APURAÇÃO DOS DESEQUILÍBRIOS PLEITEADOS

21.4.1. Na avaliação do pleito, iniciado por requerimento do CONCESSIONÁRIO ou do PODER CONCEDENTE, as PARTES poderão, a qualquer tempo, contratar laudos técnicos e/ou econômicos específicos.

21.4.1.1. A critério da PARTE demandada, poderá ser realizada, por intermédio de entidade especializada e com capacidade técnica notoriamente reconhecida, auditoria para constatação da situação que ensejou o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, com a devida participação das PARTES e com a transparência que lhes permita, diretamente ou por entidade equivalente, o contraditório técnico, sendo os custos assumidos pela PARTE que houver contratado a entidade especializada, independentemente do resultado do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro.

21.4.2. O PODER CONCEDENTE, ou quem por ele indicado, terá livre acesso a informações, bens e instalações do CONCESSIONÁRIO ou de terceiros por ela contratados para aferir o quanto alegado pelo CONCESSIONÁRIO em eventual pleito de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado.

21.5. DOS PLEITOS DE INICIATIVA DO CONCESSIONÁRIO



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

21.5.1. Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado pelo CONCESSIONÁRIO, deverá ser realizado por meio de requerimento fundamentado e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, inclusive quanto aos seguintes elementos:

21.5.1.1. Identificação precisa do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, acompanhada, quando pertinente, de evidência de que a responsabilidade está alocada ao PODER CONCEDENTE.

21.5.1.2. Solicitação, se o caso, de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, desde que demonstrado o potencial comprometimento da solvência ou continuidade da execução/prestação dos serviços do CONCESSIONÁRIO decorrente da materialização do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

21.5.1.3. Será demonstrado o potencial comprometimento da solvência da execução/prestação dos serviços do CONCESSIONÁRIO, entre outras hipóteses que deverão ser avaliadas pelo PODER CONCEDENTE, quando, em decorrência da materialização de riscos alocados ao PODER CONCEDENTE ou circunstâncias não imputáveis ao CONCESSIONÁRIO:

a. houver risco de descumprimento iminente de obrigações, vencimento antecipado ou aceleração do vencimento nos financiamentos contratados junto aos FINANCIADORES; ou

b. ocorrer um ou mais EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO com impacto agregado superior a 5% (cinco por cento) na RECEITA acumulada nos 12 (doze) meses anteriores à materialização do(s) evento(s); ou

c. ocorrer a materialização de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO nos 2 (dois) primeiros anos da CONCESSÃO.

21.5.1.4. Quantitativos dos desequilíbrios efetivamente identificados no fluxo de caixa, com a data de ocorrência de cada um deles, ou a estimativa, em caso de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, para o cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, na forma da subcláusula 21.5.1 e seguintes, a depender do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

21.5.1.5. Comprovação dos gastos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pelo CONCESSIONÁRIO, decorrentes do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO que deu origem ao pleito, acompanhado de sumário explicativo contendo os regimes contábil e tributário aplicáveis às RECEITAS ou custos supostamente equilibrados.

21.5.1.6. Em caso de avaliação de eventuais desequilíbrios futuros, demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados para as estimativas dos impactos do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO sobre o fluxo de caixa do CONCESSIONÁRIO.

21.5.2. Diante do pleito apresentado pelo CONCESSIONÁRIO, o PODER CONCEDENTE deverá, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, manifestar-se a respeito do cabimento do pleito, bem como avaliar se o procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO poderá ser processado de forma extraordinária.

21.5.2.1. No prazo indicado na subcláusula 21.5.2., anterior, o PODER CONCEDENTE poderá, a seu critério, diligenciar ao CONCESSIONÁRIO para complementação de informações ou consultar outros órgãos cuja manifestação seja necessária.

21.5.2.2. Na hipótese a que se refere a subcláusula 21.5.2.1., anterior, o prazo previsto na subcláusula 26.5.2 será interrompido, iniciando-se após o retorno da diligência ou manifestação



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

requerida.

21.5.2.3. Quando não apresentada pelo CONCESSIONÁRIO a justificativa de urgência no tratamento do evento de desequilíbrio, ou quando não acolhida pelo PODER CONCEDENTE a justificativa apresentada na forma da Cláusula 21.5.1.2., o evento de desequilíbrio deverá ser tratado na revisão ordinária subsequente.

21.5.3. A superação do prazo previsto na Cláusula 21.5.2. ou 21.5.2.2 não implicará em aceitação tácita ou concordância com o pleito, servindo apenas para constituir o PODER CONCEDENTE em mora, observado o disposto na Cláusula 21.5.1.

21.5.4. No decorrer da análise dos pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, pelo PODER CONCEDENTE, ficam mantidas integralmente todas as obrigações do CONCESSIONÁRIO.

21.5.4.1. Decorrido o prazo previsto na subcláusula 21.5.2. e não sendo encontrada solução amigável, ou ainda, em caso de discordância quanto a necessidade de recomposição ou quanto aos valores e/ou demais dados indicados, as PARTES poderão recorrer aos procedimentos previstos na CLÁUSULA 27ª – DOS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

21.6. DOS PLEITOS DE INICIATIVA DO PODER CONCEDENTE

21.6.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciada pelo PODER CONCEDENTE deverá ser objeto de notificação ao CONCESSIONÁRIO, acompanhada de cópia dos laudos e estudos pertinentes, incluindo, se o caso, a proposição de processamento do pleito em sede de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, motivada pelo relevante impacto potencial da recomposição sobre a CONCESSÃO.

21.6.1.1. Recebida a notificação sobre o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, o CONCESSIONÁRIO terá 60 (sessenta) dias para apresentar manifestação fundamentada quanto ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO apresentado pelo PODER CONCEDENTE em notificação, sob pena de consentimento tácito do pedido, cabendo-lhe, ainda, no mesmo prazo, manifestar-se a respeito da proposição de processamento do pedido em sede de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.

21.6.1.2. O prazo previsto na Cláusula 21.6.1.1. poderá, por decisão fundamentada, excepcionalmente, ser prorrogado única vez, por igual período, considerando a eventual necessidade de dilação probatória e a complexidade das provas a serem produzidas.

21.6.1.3. Em consideração à resposta do CONCESSIONÁRIO ao pedido do PODER CONCEDENTE, este terá 30 (trinta) dias para avaliar o cabimento da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e de seu eventual processamento em sede da REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.

21.7. DOS EVENTOS OU MOTIVOS QUE NÃO ENSEJAM DESEQUILÍBRIO DO CONTRATO

21.7.1. Não caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor do CONCESSIONÁRIO nas seguintes hipóteses:

a. Quando os prejuízos sofridos derivarem da ocorrência de negligência, imprudência, imperícia, inépcia ou omissão na exploração econômica da CONCESSÃO e no tratamento dos riscos a ela alocados;

b. Quando, de qualquer forma e em qualquer medida, o CONCESSIONÁRIO tenha concorrido, direta ou indiretamente, para o evento causador do desequilíbrio; ou



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

c. Quando a materialização dos eventos motivadores do pedido por parte do CONCESSIONÁRIO não ensejar comprovado impacto nas condições contratuais e não acarretar comprovado prejuízo decorrente do desequilíbrio na equação econômico-financeira do CONTRATO.

21.7.1.1. Não caberá, durante o prazo da CONCESSÃO, qualquer solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO por conta de diferenças de quantidades ou alegação de desconhecimento das atividades previstas no objeto deste CONTRATO, em especial aquelas decorrentes de fatores que possam ser identificados e solucionados pelas técnicas conhecidas à época da proposta.

21.7.2. As PARTES deverão envidar seus melhores esforços para evitar a ocorrência dos eventos motivadores do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou, quando não for possível evitá-los, para minimizar seus impactos.

21.7.3. Uma vez verificada a materialização de quaisquer dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO associados aos riscos do CONCESSIONÁRIO e do PODER CONCEDENTE), as PARTES deverão, na medida do possível, negociar de boa-fé as medidas apropriadas à mitigação das perdas causadas pelo EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, que deverão ser consideradas na mensuração do desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

21.7.4. Caso o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO de que trata a Cláusula 21.7.2, acima, requeira a tomada de providências imediatas, ou caso as PARTES não logrem êxito na negociação de medidas de mitigação acima referidas, as PARTES deverão tomar as medidas razoáveis que estejam a seu alcance para mitigar as perdas causadas pelo EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, que deverão ser consideradas na mensuração do desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

21.7.4.1. Para os fins da Cláusula 21.7.4, consideram-se medidas razoáveis, no caso do CONCESSIONÁRIO, aquelas esperadas de uma empresa atuando de forma diligente em situações similares.

21.7.4.2. Caso fique comprovado que a PARTE deixou de tomar as medidas mitigatórias de perdas a que se referem as Cláusulas 21.7.2 e 21.7.3, observado o disposto na Cláusula 21.7.4, o valor das perdas que, de forma comprovada, poderiam ter sido evitadas caso tais medidas fossem tomadas, será descontado dos valores devidos pela outra PARTE a título de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro.

21.7.5. Caso fique comprovado que mais de uma PARTE tenha concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do evento de desequilíbrio, pela negligência, inépcia ou omissão de ambas as PARTES, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá considerar apenas o valor do prejuízo que a PARTE prejudicada não tenha causado.

21.8. DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

21.8.1. Por ocasião de cada REVISÃO EXTRAORDINÁRIA ou cada REVISÃO ORDINÁRIA, serão contemplados conjuntamente os pleitos de ambas as PARTES considerados cabíveis, de forma a viabilizar a compensação dos impactos econômico-financeiros positivos e negativos decorrentes dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, respeitada a alocação de riscos prevista neste CONTRATO.

21.8.2. A eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor de uma das PARTES deverá necessariamente considerar eventuais impactos em favor da outra



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

PARTE.

21.8.3. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO como um todo, ou em relação a determinado EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, será realizada de forma a se obter o Valor Presente Líquido dos saldos do Fluxo de Caixa igual a zero, considerando-se a Taxa de Desconto prevista para cada EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, conforme determinado neste Contrato.

21.8.3.1. Na ocorrência de quaisquer EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dar-se-á por meio da elaboração do fluxo de caixa marginal, considerando: (I) os fluxos de caixa marginais, positivos ou negativos, calculados com base na diferença entre as situações com e sem o respectivo EVENTO DE DESEQUILÍBRIO; (II) os fluxos de caixa marginais necessários à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro; e (III) a Taxa de Desconto calculada conforme previsto na Cláusula 21.9.1.3.

21.8.3.1.1. Os EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO consistentes em INVESTIMENTOS ADICIONAIS considerarão, para cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a Taxa de Desconto calculada, conforme a Cláusula 21.9.1.3, na data da assinatura do respectivo termo aditivo, bem como os custos pactuados neste instrumento.

21.8.3.1.2. Todas as demais hipóteses de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO considerarão, para cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a Taxa de Desconto calculada para a data em que materializado o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, conforme previsto na Cláusula 21.9.1.3.

21.8.3.1.3. Na ocorrência de EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, disciplinado pela Cláusula 21.8.3.1, que se estenda por mais de um ano, será considerada, para cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a Taxa de Desconto de que trata a Cláusula 21.9.1.3, calculada para o ano contratual em que inicialmente materializado o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, que será aplicada a todo o período do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

21.8.4. A cada recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será definida a Taxa de Desconto daquele cálculo, definitiva para todo o prazo da CONCESSÃO, de acordo com as taxas vigentes para os EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO nela considerados.

21.9. RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO POR FLUXO DE CAIXA MARGINAL

21.9.1. Para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO descritos na Cláusula 21.8.3.1, os seguintes procedimentos deverão ser observados na elaboração do Fluxo De Caixa Marginal.

21.9.1.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizada de forma que seja nulo o Valor Presente Líquido do Fluxo de Caixa Marginal projetado em razão do evento que ensejou a recomposição, considerando, na mesma data base, (I) os fluxos de caixa marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição, (II) os fluxos de caixas marginais resultantes da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

21.9.1.1.1. Para fins de cálculo do Valor Presente Líquido dos fluxos de caixa marginais calculados, ocorre incidência da Taxa de Desconto a cada novo ano contratual. Se o início de cada ano contratual não coincidir com o 1º dia do mês, para fins de incidência da Taxa de Desconto, considerar-se-á o 1º dia do mês subsequente.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

21.9.1.2. Para fins de determinação dos fluxos de caixa dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis para retratar as reais e efetivas condições atuais, para estimar o valor dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, custos e despesas, bem como eventuais RECEITAS e outros ganhos, resultantes do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

21.9.1.2.1. O CONCESSIONÁRIO deverá apresentar estimativas da medida do desequilíbrio, mesmo nos casos em que o pleito seja de iniciativa do PODER CONCEDENTE, utilizando, para tanto, as melhores referências de preço do setor público e/ou do setor privado disponíveis no momento do pleito.

21.9.1.2.2. Ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 21.8.3.1, a informação deve, preferencialmente, ter fundamento nas bases de preços públicos vigentes, ou outro documento que venha a substituí-las e, na indisponibilidade de informações mais atuais e a critério do PODER CONCEDENTE, das projeções realizadas nos estudos que embasaram a CONCESSÃO ou outros parâmetros, por exemplo os utilizados e publicados em revistas de engenharia nacionais e internacionais.

21.9.1.2.3. O PODER CONCEDENTE poderá solicitar que o CONCESSIONÁRIO demonstre que os valores necessários para realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS serão calculados com base em valores de mercado considerando o custo global de obras ou atividades semelhantes no Brasil ou com base em sistemas de custos que utilizem como insumo valores de mercado do setor específico do projeto, aferidos, em qualquer caso, mediante orçamento sintético, elaborado por meio de metodologia expedita ou paramétrica.

21.9.1.3. A Taxa de Desconto real anual a ser utilizada no cálculo do Valor Presente de que tratam as Cláusulas 21.8.3.1.1 a 21.8.3.1.3 será composta pela média dos últimos 12 (doze) meses da taxa bruta de juros de venda das Notas do Tesouro IPCA+ com juros Semestrais (NTN-B) ou, na ausência deste, outro que o substitua, ex-ante a dedução do Imposto de Renda, com vencimento em 2050 ou vencimento mais compatível com a data do termo contratual, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada no início de cada ano contratual, acrescida de um prêmio de risco 7,40% (sete inteiros e quarenta centésimos por cento).

21.10. RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO POR PRORROGAÇÃO DE PRAZO

21.10.1. Nas hipóteses de recomposição do equilíbrio do CONTRATO por meio de prorrogação do PRAZO DA CONCESSÃO, a metodologia para aferição de receitas e despesas para o prazo estendido considerará o disposto nesta Cláusula.

21.10.1.1. Para a projeção de RECEITAS e definição de entrada de caixa, será feita, a partir dos dados reais de demanda de USUÁRIOS no momento do cálculo, a projeção de demanda para as ÁREAS DA CONCESSÃO e suas UNIDADES GERADORAS DE CAIXA, que deverá ser multiplicada pelos valores médios praticados na CONCESSÃO, considerados os 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data em questão, obtendo-se, assim, as estimativas de RECEITAS do CONCESSIONÁRIO nas ÁREAS DA CONCESSÃO.

21.10.1.2. Para realização das projeções aqui referidas, dever-se-á considerar a forma de exploração de cada uma das UNIDADES GERADORAS DE CAIXA pelo CONCESSIONÁRIO, devendo ser adotado, como limite para a retroação, a data de entrada em operação da última das UNIDADES GERADORAS DE CAIXA, ou a data de entrada em operação do último investimento realizado pelo CONCESSIONÁRIO ou por terceiros que tenha proporcionado variação significativa nas RECEITAS ou custos associados à CONCESSÃO.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

21.10.1.3. Para o cálculo da projeção de custos e despesas do CONCESSIONÁRIO e definição do fluxo de saída de caixa, contados a partir do prazo inicial do fluxo de caixa marginal, incluindo as extensões de prazo já formalizadas, serão considerados, para efeito de apuração do prazo a ser estendido:

21.10.1.3.1. Os valores relativos aos custos e despesas contabilizados pelo CONCESSIONÁRIO nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data base do fluxo de caixa, adotando-se, como limite para tal retroação a data de entrada em operação da última das UNIDADES GERADORAS DE CAIXA, ou a data de entrada em operação do último investimento realizado pelo CONCESSIONÁRIO ou por terceiros que tenha proporcionado variação significativa nas RECEITAS ou custos associados à CONCESSÃO; e

21.10.1.3.2. A média dos valores servirá como base para extensão do PRAZO DA CONCESSÃO, não sofrendo variações ou qualquer tipo de alteração.

21.10.1.4. Os custos e as despesas relativos à conservação e manutenção dos eventuais INVESTIMENTOS ADICIONAIS, bem como eventuais RECEITAS proporcionadas, também deverão ser considerados para efeito do cálculo do Fluxo de Caixa Marginal.

21.10.1.5. Os valores projetados para as RECEITAS, as despesas e os custos, serão considerados, a partir de sua fixação, como risco do CONCESSIONÁRIO, não sendo revistos ou reconsiderados em nenhuma hipótese.

21.10.1.6. Serão considerados, para efeito de reequilíbrio econômico-financeiro causado por eventos outros que não a alteração de legislação tributária ou contábil, os tributos e implicações contábeis de qualquer natureza que efetivamente incidirem durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, incluindo-se as extensões de prazo formalizadas, independentemente da PARTE que tenha assumido o risco de alteração da legislação tributária ou contábil.

21.10.1.7. Para efeito do Fluxo de Caixa Marginal, o cálculo de amortização e depreciação deverá ser realizado de acordo com as normas e legislação aplicáveis.

21.10.1.8. Para fins de determinação do valor a ser reequilibrado, deverão ser considerados os efeitos dos tributos diretos e indiretos efetivamente incidentes sobre o fluxo dos dispêndios marginais.

CLÁUSULA 22ª – DAS REVISÕES ORDINÁRIAS

22.1. Sem prejuízo das demais previsões do CONTRATO, e das prerrogativas legalmente conferidas ao PODER CONCEDENTE relativamente à imposição de novas obrigações, ou de alterações sobre o OBJETO, nos termos legais e contratuais, será instaurado após 05 (cinco) anos a contar da ORDEM DE SERVIÇO procedimento de REVISÃO ORDINÁRIA, com a finalidade de que os parâmetros, as condições, inclusive os INDICADORES DE DESEMPENHO, e os resultados gerais da CONCESSÃO, sejam revistos, a fim de:

a. Analisar criticamente e eventualmente alterar os encargos, atividades, planos, serviços e especificações previstos no CONTRATO ou em seus SUBANEXOS; e,

b. Rever as especificações do OBJETO do CONTRATO, em especial para incorporar eventuais avanços tecnológicos, quando for o caso, e aprimorar os serviços e as atividades OBJETO da CONCESSÃO, em atenção ao princípio da atualidade.

c. Incorporar ao fluxo econômico financeiro da CONCESSÃO as RECEITAS e despesas originadas da implantação e operação de novas construções e equipamentos



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

decorrentes da liberdade empresarial do CONCESSIONÁRIO nos termos deste CONTRATO e seus SUBANEXOS.

22.2. O procedimento de revisão deverá ser instaurado de ofício pelo PODER CONCEDENTE, ou a pedido do CONCESSIONÁRIO, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, da conclusão dos 5 (cinco) primeiros anos de vigência do CONTRATO, e assim sucessivamente a cada 5 (cinco) anos, até o final do prazo de duração da CONCESSÃO, contados a partir ORDEM DE SERVIÇO.

22.3. Caso não haja a necessidade de alterações dos parâmetros, condições e resultados gerais da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE deverá instaurar o procedimento previsto nesta subcláusula para pronunciar sobre a desnecessidade de qualquer revisão, abrindo prazo para manifestação do CONCESSIONÁRIO.

22.4. Para fins da análise da necessidade, conveniência ou oportunidade da revisão de que trata esta subcláusula, cada parte detalhará, no prazo de 30 (trinta) dias da instauração do processo, as eventuais alterações sugeridas, com as justificativas correspondentes, estudos e outros documentos que embasem a sua proposta.

22.5. Não chegando as PARTES a um acordo, observar-se-á o disposto na cláusula 27 – MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS deste CONTRATO.

22.6. Admite-se a participação de entidades, representantes da sociedade civil ou profissionais especializados no processo de revisão de que trata este item, para o levantamento de dados, confirmação de premissas e/ou elucidações de ordem técnica e econômica que se fizerem necessárias.

22.7. A depender do resultado do procedimento de revisão de que trata esta subcláusula, poderá ser revisto o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, em benefício do CONCESSIONÁRIO ou do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.

CLÁUSULA 23ª – DAS REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS

23.1. Sem prejuízo das demais previsões do CONTRATO e das prerrogativas legalmente conferidas ao PODER CONCEDENTE relativamente à imposição de novas obrigações ou de alterações sobre o OBJETO, o PODER CONCEDENTE ou o CONCESSIONÁRIO poderão solicitar a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO, sempre com vistas à regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e generalidade dos serviços do OBJETO, e desde que houver necessidade comprovada de inclusão e/ou exclusão de encargos no CONTRATO, resultado de transformações tecnológicas supervenientes ou da necessidade de adequação dos sistemas de mensuração da qualidade dos serviços prestados no CONTRATO a padrões técnicos reconhecidos nacional ou internacionalmente.

23.2. A solicitação do CONCESSIONÁRIO deverá vir acompanhada das razões que justifiquem a revisão pretendida, com os detalhamentos, levantamentos, estudos ou pareceres técnicos julgados pertinentes.

23.3. Ao avaliar a solicitação encaminhada nos termos da subcláusula anterior, o PODER CONCEDENTE poderá consultar a opinião de outros órgãos e entidades técnicas envolvidos.

23.4. O procedimento de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA será concluído mediante acordo entre as PARTES, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

23.5. Não chegando as PARTES a um acordo, observar-se-á o disposto na cláusula 32 deste CONTRATO.

23.6. O resultado do procedimento de revisão de que trata esta subcláusula poderá resultar na revisão do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, em benefício do CONCESSIONÁRIO ou do PODER CONCEDENTE, nos termos da cláusula 26.2 do CONTRATO.

23.7. A REVISÃO EXTRAORDINÁRIA deste CONTRATO não poderá considerar eventos ocorridos há mais de 01 (um) ano da data em que a PARTE interessada deles tiver tomado conhecimento.

CLÁUSULA 24ª – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

24.1. A contratação conta com GARANTIA DE EXECUÇÃO comprovada pelo então Adjudicatário, ora CONCESSIONÁRIO, ao ter apresentado em cumprimento à condição que antecedeu a assinatura deste CONTRATO, uma das modalidades de que trata o artigo 96, incisos I, II, III e IV e, no que foi pertinente, aos artigos seguintes, do CAPÍTULO II, DAS GARANTIAS, da Lei nº 14.133, de 2021, e demais previsões, valores e condições básicas tratadas no EDITAL, bem como as condições específicas deste CONTRATO, conforme segue.

24.2. O CONCESSIONÁRIO manterá válida por todo o prazo de vigência, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO observada a seguinte dinâmica de liberação ao longo da vigência contratual:

a. o montante inicial de GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO corresponderá a 5% (cinco por cento) do VALOR ANUAL DO CONTRATO;

b. após a expedição do respectivo Termo Definitivo de Aceitação de Obras, o montante obrigatório de GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO corresponderá a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do VALOR ANUAL DO CONTRATO.

24.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a. ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE face a qualquer espécie de inadimplemento do CONCESSIONÁRIO;

b. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONCESSIONÁRIO, quando couber.

c. devolução dos bens integrantes da CONCESSÃO em desconformidade com as exigências estabelecidas neste CONTRATO ou em seus SUBANEXOS; e/ou

d. o pagamento das multas que forem aplicadas ao CONCESSIONÁRIO em razão de inadimplemento no cumprimento de suas obrigações contratuais, cuja quitação não ocorrer em até 10 (dias) úteis da respectiva imposição.

24.4. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária deverá ter vigência mínima de 1 (um) ano, a contar de sua emissão, sendo de inteira responsabilidade do CONCESSIONÁRIO mantê-la em plena vigência, de forma interrupta, durante todo o prazo do CONTRATO, devendo, para tanto, promover as renovações e atualizações necessárias, com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência ao vencimento, sob pena de incidência das penalidades cabíveis.

24.5. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reajustada anualmente pelos mesmos índices e na mesma data do reajuste do valor do CONTRATO, nos termos da



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

Cláusula 4.2 deste Contrato.

24.5.1. Sempre que se verificar o reajuste da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, o CONCESSIONÁRIO deverá complementá-la, no prazo de 10 (dez) dias a contar da vigência do reajuste, de modo a manter inalterada a proporção fixada nesta cláusula, sob pena de caracterizar-se inadimplência do CONCESSIONÁRIO e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

24.6. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ofertada não poderá conter quaisquer ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade, devendo o CONCESSIONÁRIO promover as renovações e atualizações que forem necessárias à sua plena vigência durante o CONTRATO.

24.7. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do CONTRATO principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

24.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

24.9. Se o valor das multas contratuais eventualmente impostas ao CONCESSIONÁRIO for superior ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, além da perda desta, o CONCESSIONÁRIO responderá pela diferença e pela reposição do valor integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO.

24.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na subcláusula 24.3, observada a legislação que rege a matéria.

24.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do PODER CONCEDENTE, com atualização monetária, conforme o índice IPC-FIPE - Índice de Preços ao Consumidor.

24.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

24.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

24.14. No caso de alteração do valor do CONTRATO, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

24.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONCESSIONÁRIO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias, contado da data em que for notificado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO.

24.16. O CONCESSIONÁRIO executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

24.17. O emitente da garantia ofertada pelo CONCESSIONÁRIO deverá ser notificado pelo PODER CONCEDENTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

24.18. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao CONTRATO de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

24.19. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do PODER CONCEDENTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONCESSIONÁRIO cumpriu todas as cláusulas deste CONTRATO;

24.20. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do CONTRATO ou após a sua extinção por culpa exclusiva do PODER CONCEDENTE e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme o índice IPC-FIPE - Índice de Preços ao Consumidor.

24.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo PODER CONCEDENTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONCESSIONÁRIO.

24.22. O CONCESSIONÁRIO autoriza o PODER CONCEDENTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste CONTRATO.

24.23. O CONCESSIONÁRIO permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de eventuais multas e indenizações, independentemente da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

24.24. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverá permanecer em vigor até, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias após a extinção do CONTRATO.

24.25. A restituição ou liberação da garantia dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações, incluindo trabalhistas e previdenciárias do CONCESSIONÁRIO, bem como da entrega dos BENS REVERSÍVEIS em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção.

24.26. Para a devolução da garantia prestada, o CONCESSIONÁRIO deverá solicitar através de processo interno a ser aberto pelo representante da interessada junto à Divisão de Protocolo, situada à rua José de Alencar nº 123 - andar térreo - Paço Municipal, no horário compreendido entre 8h15 e 16h30, ou eletronicamente pelo sistema Prefbook, anexando cópia da garantia prestada (Ex: apólice, seguro garantia) ou original da guia de recolhimento, cópias do contrato e ainda declaração de que cumpriu todas as obrigações com terceiros.

CLÁUSULA 25ª – DOS SEGUROS

25.1. O serviço objeto da CONCESSÃO não poderá ser iniciado sem que o CONCESSIONÁRIO comprove ao PODER CONCEDENTE que a apólice do seguro exigido se encontre em vigor e com as devidas coberturas.

25.2. O CONCESSIONÁRIO deverá, durante todo o prazo de vigência da CONCESSÃO, contratar e manter com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil e de porte compatível com o objeto segurado, as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das obras, prestação dos serviços e exploração de RECEITAS, conforme disponibilidade no mercado brasileiro e sem prejuízo dos seguros



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

exigíveis pela legislação aplicável, sob pena de caducidade da CONCESSÃO.

25.2.1. Os seguros contratados deverão ser revisados de forma a se compatibilizarem com a necessidade de realização de adequações ou novos INVESTIMENTOS e observarão as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de seguros no Brasil, sendo vedada a imposição de procedimentos adicionais e/ou protelatórios ao pagamento dos valores garantidos.

25.2.2. As apólices de seguro contratadas pelo CONCESSIONÁRIO deverão conter expressamente cláusula de recomposição automática dos valores segurados, de forma incondicionada, inclusive para a seção de responsabilidade civil, observadas as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de seguros no Brasil, a não ser que essa cobertura não esteja disponível no mercado segurador, o que deve ser confirmado por carta encaminhada ao PODER CONCEDENTE e subscrita pela resseguradora.

25.2.3. No caso de inexistência da cobertura e/ou da impossibilidade de recomposição automática e incondicionada dos valores que seriam objeto do seguro e/ou acionamento de cláusula de limite agregado da apólice, o PODER CONCEDENTE poderá demandar alternativas para assegurar as obrigações principais assumidas pelo CONCESSIONÁRIO, as quais poderão ser estruturadas por meio de instrumento de CONTRATO contendo disposições definidas pelo PODER CONCEDENTE ou sugeridas pelo CONCESSIONÁRIO e aprovadas pelo PODER CONCEDENTE.

25.2.3.1. As alternativas descritas nesta subcláusula não poderão implicar a transferência da alocação de riscos estabelecida neste CONTRATO.

25.3. Deverão ser contratados, pelo menos, os seguintes seguros:

a. Seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais cobrindo perda, destruição ou danos em todos ou em qualquer dos BENS REVERSÍVEIS, devendo tal seguro cobrir aquilo que se inclui, normalmente, de acordo com padrões internacionais para empreendimentos desta natureza, nas seguintes modalidades:

- i. Danos patrimoniais;
- ii. Pequenas obras de engenharia;
- iii. Tumultos, vandalismos, atos dolosos;
- iv. Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza;
- v. Danos a equipamentos eletrônicos (baixa voltagem);
- vi. Roubo e furto qualificado (exceto valores);
- vii. Danos elétricos;
- viii. Vendaval, ciclone, granizo, fumaça;
- ix. Danos materiais causados aos equipamentos;
- x. Danos causados a objetos de vidros;
- xi. Acidentes de qualquer natureza; e
- xii. Alagamento, inundação.

b. Seguro de responsabilidade civil:

- i. danos causados a terceiros;



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

- ii. cobertura adicional para responsabilidade cruzada;
- iii. acidentes de qualquer natureza envolvendo terceiros;
- iv. acidentes de trabalho para os empregados envolvidos, conforme legislação em vigor; e
- v. danos decorrentes de poluição súbita;

c. Seguro(s) de riscos de engenharia do tipo “todos os riscos”, que deverá(ão) estar vigente(s) durante todo o período de execução dos INVESTIMENTOS, envolvendo a cobertura de quaisquer INVESTIMENTOS, custos e/ou despesas pertinentes às obras civis e à infraestrutura (instalações e montagem, englobando todos os testes de aceitação), bem como, no mínimo:

- i. Cobertura básica de riscos de engenharia;
- ii. Erros de projetos;
- iii. Risco do fabricante;
- iv. Danos ambientais causados pelas obras; e
- v. Danos patrimoniais.

25.4. As coberturas de seguro previstas nesta cláusula deverão incluir cobertura de danos causados por evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR sempre que forem seguráveis.

25.5. Todos os seguros para os fins deste CONTRATO deverão ser contratados com seguradoras e resseguradoras autorizadas a operar no Brasil, apresentando, sempre, Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir cada apólice.

25.6. O PODER CONCEDENTE deverá figurar como cossegurado/beneficiário de todas as apólices de seguros contratadas pelo CONCESSIONÁRIO, devendo autorizar, previamente, qualquer modificação, cancelamento, suspensão ou substituição de qualquer seguro contratado pelo CONCESSIONÁRIO, para os fins deste CONTRATO, devendo o CONCESSIONÁRIO se comprometer em manter as mesmas condições previamente autorizadas pelo PODER CONCEDENTE, sob pena de caducidade da CONCESSÃO.

25.7. Os valores cobertos pelos seguros deverão ser suficientes para reposição ou correção dos danos causados em caso de sinistro.

25.8. Os valores das apólices deverão ser previamente aprovados pelo PODER CONCEDENTE.

25.9. Na contratação de seguros, o CONCESSIONÁRIO ainda deverá observar o seguinte:

a. As franquias contratadas deverão ser aquelas praticadas pelo mercado segurador brasileiro em negócios desta natureza;

b. Todas as apólices de seguro deverão ter vigência mínima de 12 (doze) meses, à exceção de eventuais obras e/ou serviços de engenharia que tenham prazo de execução menor do que 12 (doze) meses;

c. O CONCESSIONÁRIO deverá fornecer, ao fim da vigência do seguro e caso não possua a nova apólice, certificado emitido pela respectiva seguradora confirmando que os riscos envolvidos foram colocados no mercado segurador, conforme período determinado e de acordo



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

com as coberturas e franquias solicitadas por ela, aguardando apenas a autorização da SUSEP para emissão da nova apólice;

d. O CONCESSIONÁRIO deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da seguradora de informar, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da efetiva ocorrência, ao CONCESSIONÁRIO e ao PODER CONCEDENTE, quaisquer fatos que possam implicar o cancelamento, total ou parcial, dos seguros contratados, redução de cobertura, aumento de franquia ou redução de importâncias seguradas, observadas as situações previstas em lei;

e. O CONCESSIONÁRIO será responsável pelo pagamento integral dos prêmios e da franquia, no caso de utilização de qualquer seguro previsto no CONTRATO;

f. O CONCESSIONÁRIO deverá fornecer, em prazo não superior a 30 (trinta) dias do início de cada ano da CONCESSÃO, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que todas as apólices de seguros contratadas estão válidas, e que os respectivos prêmios se encontram pagos;

g. Eventuais diferenças entre os valores contratados e as indenizações de sinistros pagas não ensejarão direito a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e nem elidirão as obrigações do CONCESSIONÁRIO previstas no CONTRATO; e

h. As diferenças mencionadas na alínea “g” acima também não poderão ser motivo para a não realização de qualquer INVESTIMENTO, inclusive reparos e manutenções que se mostrem necessários em função da ocorrência do sinistro, cujos valores não tenham sido cobertos integralmente pelas apólices.

25.10. O CONCESSIONÁRIO poderá alterar coberturas e franquias, bem como quaisquer condições das apólices contratadas, para adequá-las conforme o desenvolvimento das atividades objeto deste CONTRATO, sendo necessária, contudo, a prévia aprovação do PODER CONCEDENTE.

25.11. As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO ou a regulamentação setorial, e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora de que conhece integralmente este CONTRATO, inclusive no que se refere aos limites dos direitos do CONCESSIONÁRIO.

25.12. O CONCESSIONÁRIO assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissão decorrente da realização dos seguros de que trata este CONTRATO, inclusive para fins dos riscos assumidos.

25.13. No caso de descumprimento, pelo CONCESSIONÁRIO, da obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro, o PODER CONCEDENTE, independentemente da sua faculdade de decretar a intervenção ou a caducidade da CONCESSÃO nos termos deste CONTRATO, poderá proceder à contratação e ao pagamento direto dos prêmios respectivos, correndo a totalidade dos custos às expensas do CONCESSIONÁRIO, que deverá reembolsar o PODER CONCEDENTE, conforme o caso, em 05 (cinco) dias a contar de sua notificação, sob pena de incidência de juros de mora correspondentes à variação pro rata da Taxa Selic, a contar da data do respectivo vencimento e até a data do efetivo ressarcimento, sem prejuízo da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO para reembolsar os custos com a contratação do referido seguro, bem como da incidência das demais penalidades aplicáveis.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

CLÁUSULA 26ª – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Pela inexecução parcial ou total deste CONTRATO e de seu ANEXO ÚNICO, bem como pela inobservância da legislação e regulamentação que neles incidem, o PODER CONCEDENTE poderá, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades eventualmente previstas na legislação e na regulamentação incidentes, aplicar as seguintes sanções contratuais, conforme o caso:

- a. Advertência;
- b. Multa pecuniária;
- c. Impedimento de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, relativamente a todos os acionistas que exerciam o CONTROLE direto da SPE na época em que ocorrido o ato ilícito que deu origem à punição; e
- d. Declaração de inidoneidade para participar de licitações e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, relativamente a todos os acionistas que exerciam o CONTROLE direto da SPE na época em que ocorrido o ato ilícito, por até 6 (seis) anos, ou até que seja promovida a reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

26.1. A gradação das penalidades às quais se sujeitará o CONCESSIONÁRIO observará a natureza da infração cometida, variando conforme as seguintes categorias:

- a. Leve;
- b. Média;
- c. Grave; e
- d. Gravíssima.

26.2. A infração será considerada leve quando decorrer de condutas não dolosas do CONCESSIONÁRIO, das quais ela não se beneficie economicamente, de forma direta ou indireta, e que não comprometam a prestação adequada e contínua do objeto do CONTRATO.

26.3. O cometimento de infração de natureza leve ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

- a. Advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; ou
- b. Multa, em caso de reincidência em uma mesma conduta que caracterize infração leve, dentro do período de 04 (quatro) meses consecutivos, no valor de até 0,01% (um centésimo por cento) do valor do CONTRATO.

26.4. Serão consideradas infrações leves, inclusive, mas sem limitação e desde que atendidas às condições da subcláusula 26.3, as seguintes:

- a. O não fornecimento ou a falha no fornecimento ao PODER CONCEDENTE de quaisquer documentos ou informações relativas à exploração da CONCESSÃO que lhe forem solicitadas no âmbito deste CONTRATO, incluindo as demonstrações financeiras do CONCESSIONÁRIO;
- b. Deixar de manter o INVENTÁRIO de bens atualizado.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

c. Deixar de atender às convocações formalmente encaminhadas pelo PODER CONCEDENTE.

26.5. A infração será considerada média quando decorrer de conduta dolosa, ou da qual se constate ter o CONCESSIONÁRIO se beneficiado economicamente, de forma direta ou indireta.

26.5.1. O cometimento de infração de natureza média ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:

a. Advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; e/ou

b. Multa no valor de até 0,1% (um décimo por cento) do valor do CONTRATO, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção.

26.5.2. Serão consideradas, ainda, infrações médias, inclusive, mas sem limitação, as seguintes:

a. Não apresentação imotivada do PLANO DE IMPLANTAÇÃO exigidos no item 1.4. deste CONTRATO – OBJETO, e do ANEXO ÚNICO;

b. Ensejar o atraso ou criar fato impeditivo para a assinatura do TERMO DE ENTREGA DOS BENS REVERSÍVEIS.

c. Falha na comunicação imediata ao PODER CONCEDENTE de todo e qualquer evento que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da realização das atividades da CONCESSÃO, nos termos deste CONTRATO;

d. Não cooperação e apoio ao desenvolvimento das atividades de fiscalização do PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO;

e. Desatendimento às determinações do PODER CONCEDENTE e de sua fiscalização;

f. Falha na obtenção das licenças e/ou autorizações emitidas pelos órgãos públicos necessárias ao cumprimento do OBJETO de que trata o EDITAL e seus ANEXOS, desde que comprovadamente por culpa do CONCESSIONÁRIO;

g. Cometimento de quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais ou municipais, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais previstas no EDITAL e seus ANEXOS;

h. Execução dos serviços em desacordo com as normas técnicas, condições e especificações contidas neste CONTRATO, independentemente da obrigação de fazer correções necessárias às suas expensas.

i. Não manter durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO.

j. Não renovar ou não comprovar os documentos de regularidade e as quitações

k. Não publicar as demonstrações financeiras e contábeis periodicamente, nos termos da legislação aplicável.

l. Não manter uma OUVIDORIA permanente para receber e processar as críticas e sugestões dos USUÁRIOS ou de terceiros afetados pela prestação dos serviços.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

26.6. A infração será considerada grave quando decorrer de conduta dolosa e da qual se constate ter o CONCESSIONÁRIO se beneficiado economicamente, de forma direta ou indireta, e que envolva prejuízo econômico em detrimento do PODER CONCEDENTE.

26.6.1. O cometimento de infração grave ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:

a. Multa no valor de até 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do CONTRATO, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; e/ou

b. Impedimento de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, relativamente a todos os acionistas que exerciam o CONTROLE direto da SPE na época em que ocorrido o ato ilícito que deu origem à punição.

26.6.2. Serão consideradas infrações graves, inclusive, mas sem limitação, as seguintes:

a. Não reconstituição da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no prazo e condições estabelecidas neste CONTRATO;

b. Falha em realizar a reversão dos BENS REVERSÍVEIS ao PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO;

c. Reduzir o Capital Social da SPE sem autorização prévia do PODER CONCEDENTE.

d. Fazer qualquer tipo de cobrança, não autorizada pelo CONTRATO, dos USUÁRIOS.

e. Celebrar CONTRATO de exploração de RECEITAS ALTERNATIVAS, por prazo superior ao da Concessão.

f. Subcontratar a execução das atividades objeto da CONCESSÃO em desconformidade com as regras previstas no CONTRATO.

g. Descumprir a obrigação de prestar os serviços de forma contínua ou de forma adequada.

h. Não refazer, adequar ou corrigir toda e qualquer obra ou serviço de sua responsabilidade realizado de maneira indevida ou em desconformidade com os padrões de qualidade estabelecidos.

i. Não cumprir exigências estabelecidas nas licenças ambientais.

j. Não cumprir exigências estabelecidas nas autorizações dos órgãos de defesa do patrimônio material e/ou imaterial que se façam necessárias em virtude de tombamentos impostos à área de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO.

k. Não dar destinação ambientalmente adequada para os resíduos produzidos pelas atividades concernentes à exploração comercial dos BENS DA CONCESSÃO.

l. Prática, por ação ou omissão, de qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos ao Município ou a terceiros, independentemente da obrigação do CONCESSIONÁRIO em reparar danos causados;

m. Alienar, transferir ou constituir ônus, de qualquer natureza, dos BENS REVERSÍVEIS, sem a anuência prévia do PODER CONCEDENTE.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

n. Não cumprir, no todo ou em parte, um ou mais encargos inerentes à limpeza dos mobiliários, conforme aplicável;

26.7. A infração será considerada gravíssima quando o PODER CONCEDENTE constatar, diante das características do ato praticado pelo CONCESSIONÁRIO, que suas consequências se revestem de grande lesividade ao interesse público ou à incolumidade dos USUÁRIOS, à saúde pública, ao meio ambiente, ao erário ou à própria continuidade do objeto do CONTRATO.

26.8. O cometimento de infração gravíssima ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:

a. Multa no valor de até 1% (um por cento) do valor do CONTRATO, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção;

b. Impedimento de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, relativamente a todos os acionistas que exerciam o CONTROLE direto da SPE na época em que ocorrido o ato ilícito que deu origem à punição; e

c. Declaração de inidoneidade para participar de licitações e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, relativamente a todos os acionistas que exerciam o CONTROLE direto da SPE na época em que ocorrido o ato ilícito, por até 6 (seis) anos, ou até que seja promovida a reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

26.9. Serão consideradas infrações gravíssimas, inclusive, mas sem limitação, as seguintes:

a. Desistência da CONCESSÃO, recusando-se a cumprir as responsabilidades e obrigações assumidas através deste CONTRATO;

b. Disponibilizar para uso equipamentos sem a manutenção adequada e que causem riscos à integridade física dos USUÁRIOS;

c. Causar danos à integridade física dos USUÁRIOS por meio de equipamentos que estejam sem a manutenção adequada;

d. Não observar regras relativas à capacidade estabelecidas em normas de segurança quando da realização de eventos.

e. Efetuar ou permitir qualquer tipo de subconcessão em relação aos serviços objeto do presente CONTRATO, fora das hipóteses de subcontratação previstas no CONTRATO.

26.10. Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nas subcláusulas anteriores, a reiteração, no tempo, do inadimplemento contratual pelo CONCESSIONÁRIO, conferirá ao PODER CONCEDENTE a prerrogativa de cominar multa moratória que será atualizada pelo IPC-FIPE, observados os seguintes intervalos:

a. No mínimo 0,000001% e no máximo 0,00005% do valor do CONTRATO, por dia, até a efetiva regularização da situação que caracterize infração de natureza leve ou média; e

b. No mínimo 0,00005% e no máximo 0,0001% do valor do CONTRATO, por dia, até a efetiva regularização da situação que caracterize infração de natureza grave ou gravíssima.

26.11. O PODER CONCEDENTE, na definição das espécies de penalidade de multa e das



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

dosimetrias indicadas nas subcláusulas anteriores, levará em consideração as circunstâncias de cada caso, de maneira motivada, observando, sempre, a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção, inclusive quanto ao número de USUÁRIOS atingidos, o prolongamento, no tempo, da situação que caracterizou a infração e as circunstâncias atenuantes e agravantes.

26.12. Por circunstâncias atenuantes, considera-se:

- a. Reconhecimento da prática da infração por parte do CONCESSIONÁRIO mediante comunicação ao PODER CONCEDENTE, anteriormente à ciência deste quanto ao fato;
- b. Adoção voluntária de providências eficazes para evitar ou amenizar as consequências da infração antes de proferida a decisão confirmando a aplicação da sanção; e
- c. Inexistência de aplicação definitiva de sanções nos 12 (doze) meses anteriores à data do cometimento da infração em julgamento.

26.13. Por circunstâncias agravantes, considera-se:

- a. Reincidência no cometimento da infração, após ter sido penalizada em processo administrativo anterior, considerando-se o período de 5 (cinco) anos entre o cometimento das infrações;
- b. Recusa em adotar medidas ou colaborar para reparação dos efeitos da infração;
- c. Exposição de USUÁRIOS ao risco de integridade física;
- d. Destruição de bens públicos; e
- e. Ocultação de situação e/ou fatos que possam comprometer os bens públicos ou colocar em risco os USUÁRIOS.

26.14. A prática de qualquer infração não poderá ensejar enriquecimento ilícito do CONCESSIONÁRIO, devendo o PODER CONCEDENTE assegurar a devolução, pelo CONCESSIONÁRIO, ou a neutralização de toda e qualquer vantagem obtida com a perpetração da infração, podendo, para tanto, executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DE CONTRATO e/ou adotar as demais medidas administrativas e judiciais pertinentes.

26.15. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

26.15.1. As sanções de multa e impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente, garantindo-se que o valor total das multas não ultrapasse o limite de 30% do valor do contrato, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

26.16. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

26.17. A apuração de responsabilidade relacionada à sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE, ADJUDICATÁRIO ou CONTRATADO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

26.18. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

26.19. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

26.20. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

26.21. A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

26.22. O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres do Município de São José dos Campos mediante guia de recolhimento oficial.

CLÁUSULA 27^a – DOS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

27.1. Na superveniência de qualquer controvérsia sobre a interpretação ou execução do CONTRATO, as PARTES poderão utilizar como mecanismo de solução:

27.1.1. Instauração de COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO, com objeto, formação, condições e limites de decisão fixados em TERMO de comum acordo, arcando cada parte com os custos decorrentes da instauração do procedimento;

27.1.2. A COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO será composta por representantes do PODER CONCEDENTE e do CONCESSIONÁRIO de forma paritária.

27.2. As PARTES deverão emendar os melhores esforços para resolver amigavelmente qualquer divergência ou conflito de interesse que venha a surgir em decorrência do presente CONTRATO, utilizando-se do princípio da boa-fé, por meio de negociação direta.

27.3. Na ocorrência de divergências ou conflito de interesse nos termos desta Cláusula, a PARTE interessada notificará por escrito a outra PARTE apresentando todas as suas alegações acerca da divergência ou conflito de interesse, devendo também ser acompanhada de sugestão para sua solução e/ou elucidação.

27.3.1. A PARTE notificada terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para responder se concorda com a solução ou elucidação proposta.

27.3.2. Caso a PARTE notificada concorde com a solução ou elucidação apresentada, as PARTES darão por encerrada a divergência ou conflito de interesse e tomarão as medidas necessárias para implementar o que foi acordado.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

27.3.3. Caso não concorde, a PARTE notificada deverá apresentar à outra PARTE, também no prazo de 10 (dez) dias úteis, os motivos pelos quais discorda da solução ou elucidação apresentada, devendo, nessa hipótese, apresentar uma proposta alternativa para o caso.

27.4. O procedimento de solução amigável de controvérsias previsto nesta Cláusula não é de observância compulsória nos casos urgentes, em que haja risco de perecimento do direito ou de agravamento da situação.

27.5. A adoção dos procedimentos indicados acima não exonera as PARTES de dar seguimento e cumprimento às suas obrigações contratuais, sendo dever das PARTES assegurar a continuidade da prestação dos serviços e o cumprimento dos cronogramas de obras.

27.5.1. Somente se admitirá a paralisação das obras ou dos serviços quando o objeto da divergência ou conflito de interesse implicar riscos à segurança de pessoas e/ou do empreendimento, desde que a paralisação comprovadamente configure a medida mais adequada à neutralização ou, quando esta não for possível, à mitigação do risco eventualmente existente, obtendo-se, quando possível sem comprometimento da segurança, a anuência do CONCEDENTE previamente à paralisação.

27.6. A resolução do conflito ainda poderá ocorrer por mediação, nos termos da Lei Federal nº 13.140/2015.

27.6.1. A instauração de procedimento de mediação não é condição prévia necessária para encaminhamento de conflitos/divergências ao Poder Judiciário.

27.7. A resolução do conflito ainda poderá ocorrer por meio de juízo arbitral livremente escolhido e de comum acordo entre as partes.

27.7.1. A instauração de procedimento de juízo arbitral não é condição prévia necessária para encaminhamento de conflitos/divergências ao Poder Judiciário.

CLÁUSULA 28ª – DA INTERVENÇÃO

28.1. O PODER CONCEDENTE poderá intervir na CONCESSÃO, a fim de assegurar a adequação da prestação do serviço do OBJETO, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, nos termos do art. 32 e seguintes da Lei Federal nº 8.987/95.

28.2. Quando não justificarem a caducidade da CONCESSÃO, são situações que autorizam a decretação da intervenção pelo PODER CONCEDENTE, a seu critério e a vista do interesse público, sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes:

- a. paralisação das atividades OBJETO da CONCESSÃO fora das hipóteses admitidas neste CONTRATO e sem a apresentação de razões aptas a justificá-las;
- b. situações que ponham em elevado risco o meio ambiente e a segurança de pessoas e bens;
- c. má-administração que coloque em risco a continuidade da CONCESSÃO;
- d. inadequações, insuficiências ou deficiências graves e reiteradas dos serviços, obras e demais atividades OBJETO da CONCESSÃO, caracterizadas pelo não atendimento sistemático das obrigações previstas neste CONTRATO;



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

- e. utilização de infraestrutura das ÁREAS DA CONCESSÃO para fins ilícitos; e
- f. omissão na prestação de contas ao PODER CONCEDENTE ou oferecimento de óbice à sua atividade fiscalizatória.

28.3. A intervenção far-se-á por ato do PODER CONCEDENTE, que conterá, dentre outras informações pertinentes:

- a. os motivos da intervenção e sua justificativa;
- b. os objetivos e os limites da intervenção; e
- c. o nome e a qualificação do interventor.

28.3.1. O ato que decretar a intervenção designará o interventor, o prazo estimado da intervenção e os limites da medida.

28.3.2. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE instaurará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, processo administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

28.3.3. O referido processo deverá ser obrigatoriamente concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção, devendo a administração do serviço ser imediatamente devolvida ao CONCESSIONÁRIO, nos termos precisos do artigo 33 da Lei Federal 8.987/1995.

28.3.3.1. O limite de 180 (cento e oitenta) dias refere-se ao tempo limite para a apuração dos fatos, e não necessariamente ao limite da intervenção em si se o processo justificar medidas extintivas ou reestruturações complexas dentro da legalidade.

28.4. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE terá o prazo de 30 (trinta) dias para instaurar processo administrativo com vistas a comprovar as causas determinantes da medida e apurar eventuais responsabilidades, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

28.5. A decretação da intervenção levará ao imediato afastamento dos administradores da SPE, e não afetará o curso regular dos negócios do CONCESSIONÁRIO, tampouco seu normal funcionamento.

28.6. Não será decretada a intervenção quando, a juízo do PODER CONCEDENTE, ela for considerada inócua, injustamente benéfica ao CONCESSIONÁRIO ou desnecessária.

28.7. Será declarada a nulidade da intervenção se ficar comprovado que o PODER CONCEDENTE não observou os pressupostos legais e regulamentares, ou os princípios da Administração Pública, devendo a CONCESSÃO ser imediatamente devolvida ao CONCESSIONÁRIO, sem prejuízo do seu direito a eventual indenização.

28.8. Cessada a intervenção, se não for extinta a CONCESSÃO, o OBJETO voltará a ser de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO.

28.9. As RECEITAS realizadas durante o período de intervenção serão utilizadas para cobertura dos encargos previstos para o cumprimento do OBJETO da CONCESSÃO, incluindo-se os encargos com seguros e garantias, encargos decorrentes de FINANCIAMENTO e o ressarcimento dos cursos de administração.

28.10. O eventual saldo remanescente, finda a intervenção, será entregue ao CONCESSIONÁRIO, a não ser que seja extinta a CONCESSÃO, situação em que tais valores reverterão ao PODER CONCEDENTE.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

CLÁUSULA 29ª – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

29.1. A CONCESSÃO considerar-se-á extinta, observadas as normas legais específicas, quando ocorrer:

- a. o término do prazo contratual;
- b. a encampação;
- c. a caducidade;
- d. a rescisão;
- e. a anulação; e
- f. a falência ou extinção do CONCESSIONÁRIO.

29.1.1. Extinta a CONCESSÃO, retornam para o PODER CONCEDENTE todos os BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios vinculados ao CONCESSIONÁRIO, incluindo-se aqueles a ela transferidos pelo PODER CONCEDENTE, ou por ela adquiridos, no âmbito da CONCESSÃO.

29.1.2. Extinta a CONCESSÃO, haverá a imediata assunção do OBJETO pelo PODER CONCEDENTE, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários, bem como a ocupação das instalações e a utilização, pelo PODER CONCEDENTE, de todos os BENS REVERSÍVEIS.

29.1.3. Extinto o CONTRATO antes do seu termo, o PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, poderá:

- a. Ocupar, temporariamente, bens móveis e imóveis e valer-se de pessoal empregado na prestação das atividades consideradas imprescindíveis à continuidade da CONCESSÃO; e

- b. Manter os contratos firmados pelo CONCESSIONÁRIO com terceiros pelo prazo e condições inicialmente ajustados, respondendo os terceiros pelos prejuízos decorrentes do não cumprimento das obrigações assumidas.

- c. Reter e executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO para recebimento de multas administrativas e ressarcimento de prejuízos causados pelo CONCESSIONÁRIO.

29.1.4. Em qualquer hipótese de extinção do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE assumirá, direta ou indiretamente e de maneira imediata, a operação da CONCESSÃO, para garantir sua continuidade e regularidade.

29.2. A CONCESSÃO extingue-se quando se verificar o término do prazo de sua duração, também se extinguindo, por consequência, as relações contratuais entre as PARTES, com exceção daquelas expressamente previstas no CONTRATO.

29.2.1. Quando do advento do termo contratual, e ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no CONTRATO ou aquelas que contarem com a anuência do PODER CONCEDENTE, o CONCESSIONÁRIO será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à CONCESSÃO e celebrados com terceiros, segundo as regras para cálculo e pagamento dos valores residuais, nos termos da legislação vigente, assumindo todos os ônus daí resultantes.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

29.2.2. Até 06 (seis) meses antes da data do término de vigência contratual, o PODER CONCEDENTE estabelecerá, em conjunto e com a cooperação do CONCESSIONÁRIO, programa de desmobilização operacional, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção da operação pelo PODER CONCEDENTE, ou por terceiro autorizado.

29.3. O PODER CONCEDENTE poderá, durante a vigência do CONTRATO, e por motivo de interesse público, promover a encampação, nos termos da legislação e após prévio pagamento, ao CONCESSIONÁRIO, de indenização.

29.3.1. A indenização devida ao CONCESSIONÁRIO em caso de encampação cobrirá:

a. as parcelas dos INVESTIMENTOS vinculados aos BENS REVERSÍVEIS e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento do CONTRATO;

b. todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, FINANCIADOR(ES), contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do conseqüente rompimento dos respectivos vínculos contratuais; e

c. todas as despesas causadas pela encampação, bem como os custos de rescisão antecipada dos contratos celebrados pelo CONCESSIONÁRIO para a execução do OBJETO da CONCESSÃO.

29.3.2. O cálculo do valor da indenização dos BENS REVERSÍVEIS não amortizados será feito com base no valor contábil constante das demonstrações contábeis do CONCESSIONÁRIO, apurado segundo a legislação aplicável e as regras contábeis pertinentes, desconsiderados os efeitos de eventual reavaliação de ativos, salvo quando essa tiver sido feita com autorização expressa e sem ressalvas nesse sentido do PODER CONCEDENTE.

29.3.3. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pelo CONCESSIONÁRIO ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização previstas para o caso de encampação.

29.4. Além dos casos enumerados pela Lei Federal nº 8.987/95 e dos demais casos previstos no CONTRATO, e sem prejuízo da aplicação das demais penalidades aplicáveis, como a multa, o PODER CONCEDENTE poderá promover a decretação da caducidade da CONCESSÃO nas seguintes hipóteses:

a. quando os serviços OBJETO do CONTRATO estiverem sendo reiteradamente prestados ou executados de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios e demais parâmetros definidos no CONTRATO e seus SUBANEXOS;

b. quando o CONCESSIONÁRIO descumprir reiteradamente cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares relacionadas à CONCESSÃO;

c. quando ocorrer desvio do CONCESSIONÁRIO de seu objeto social;

d. quando houver alteração do CONTROLE acionário do CONCESSIONÁRIO, sem prévia e expressa aprovação do PODER CONCEDENTE, consoante o disposto no CONTRATO;

e. quando o CONCESSIONÁRIO paralisar os serviços OBJETO da CONCESSÃO ou concorrer para tanto ou perder ou comprometer as condições econômicas, financeiras, técnicas ou operacionais necessárias à consecução adequada do OBJETO da



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

CONCESSÃO;

f. quando o CONCESSIONÁRIO descumprir a obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro ou quando não mantiver a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos termos do CONTRATO;

g. quando o CONCESSIONÁRIO não cumprir tempestivamente as penalidades a ela impostas pelo PODER CONCEDENTE, inclusive o pagamento de multas; em virtude do cometimento das infrações previstas no CONTRATO;

h. quando o CONCESSIONÁRIO não atender à intimação do PODER CONCEDENTE no sentido de regularizar a prestação dos serviços OBJETO da CONCESSÃO; e

i. quando o CONCESSIONÁRIO for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

29.4.1. A decretação da caducidade da CONCESSÃO deverá ser precedida de verificação da inadimplência do CONCESSIONÁRIO em processo administrativo, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

29.4.2. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados ao CONCESSIONÁRIO, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos na subcláusula anterior, dando-se um prazo razoável, nunca inferior a 05 (cinco) dias úteis, para se corrigirem, se possível, as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

29.4.3. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência contratual, a caducidade será declarada por ato do PODER CONCEDENTE, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

29.4.4. A decretação da caducidade não acarretará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação a ônus, encargos, obrigações ou compromissos com terceiros assumidos pelo CONCESSIONÁRIO, notadamente em relação a obrigações de natureza trabalhista, tributária e previdenciária.

29.4.5. Decretada a caducidade, a indenização ao CONCESSIONÁRIO devida pelo PODER CONCEDENTE ficará limitada às parcelas dos INVESTIMENTOS vinculados aos BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pelo CONCESSIONÁRIO.

29.5. O CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa do CONCESSIONÁRIO, no caso de descumprimento pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, nos termos do artigo 39 da Lei Federal nº 8.987/95.

29.5.1. Os serviços do OBJETO não poderão ser interrompidos ou paralisados até o trânsito em julgado da sentença que decretar a rescisão do CONTRATO.

29.5.2. A indenização devida ao CONCESSIONÁRIO, no caso de rescisão judicial, será equivalente à encampação, calculada pelos mesmos critérios descritos na subcláusula 29.3.

29.6. O CONTRATO poderá ser anulado nos termos da lei, observando-se o princípio do contraditório e ampla defesa.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

29.6.1. A indenização devida ao CONCESSIONÁRIO, no caso de anulação do CONTRATO, será calculada na forma da subcláusula 29.3.

29.6.2. A indenização não será devida se o CONCESSIONÁRIO tiver concorrido para a ilegalidade e nos casos em que a ilegalidade lhe for imputada de forma exclusiva, caso em que a indenização a ela devida será apurada nos termos da subcláusula 29.7.

29.7. Na hipótese de extinção do CONTRATO por falência ou extinção do CONCESSIONÁRIO, a indenização ficará limitada ao valor das parcelas dos INVESTIMENTOS vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, descontado o valor das multas contratuais e dos danos eventualmente causados pelo CONCESSIONÁRIO.

29.7.1. O PODER CONCEDENTE poderá, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da extinção do CONTRATO, promover nova LICITAÇÃO do serviço concedido, atribuindo à vencedora o ônus do pagamento direto da indenização cabível aos FINANCIADOR(ES) do antigo CONCESSIONÁRIO.

29.7.2. Não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social do CONCESSIONÁRIO falida sem que o PODER CONCEDENTE ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os BENS REVERSÍVEIS, e sem que se efetue o pagamento das quantias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou a qualquer outro título, observada a preferência dos credores com garantia legal.

CLÁUSULA 30ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

30.1. O PODER CONCEDENTE e o CONCESSIONÁRIO se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do CONTRATO e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, fica ajustado que o CONCESSIONÁRIO será responsável por obter o consentimento dos titulares.

d. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste CONTRATO, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

e. Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais devem seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentem a utilização da tecnologia de informação e a comunicação entre o PODER CONCEDENTE, o CONCESSIONÁRIO e o USUÁRIO;



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

f. Encerrada a vigência do CONTRATO ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o CONCESSIONÁRIO interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo PODER CONCEDENTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando o CONCESSIONÁRIO tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº 13.709/2018.

30.2. O CONCESSIONÁRIO dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do PODER CONCEDENTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

30.3. O eventual acesso, pelo CONCESSIONÁRIO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para o CONCESSIONÁRIO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente CONTRATO e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

30.4. O CONCESSIONÁRIO cooperará com o PODER CONCEDENTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

30.5. O CONCESSIONÁRIO deverá informar imediatamente o PODER CONCEDENTE quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas do PODER CONCEDENTE ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

30.6. O preposto do CONCESSIONÁRIO manterá contato formal com o preposto do PODER CONCEDENTE, no prazo de até vinte e quatro horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

30.7. A critério do preposto do PODER CONCEDENTE, o CONCESSIONÁRIO poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste CONTRATO, no tocante a dados pessoais.

30.8. Eventuais responsabilidades das PARTES serão apuradas conforme estabelecido neste CONTRATO e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

CLÁUSULA 31ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1. Não será permitido o início das operações sem que o órgão competente do Município de São José dos Campos emita, previamente, a respectiva ORDEM DE SERVIÇO (O.S.).

31.2. Correrão por conta exclusiva do CONCESSIONÁRIO quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, ainda que criados em momento posterior a presente LICITAÇÃO.

31.3. É vedada a execução do CONTRATO por pessoa jurídica diversa daquela originalmente participante do certame, exceção feita à Sociedade de Propósito Específico – SPE a qual se refere a cláusula 12 do CONTRATO.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS

31.4. O CONCESSIONÁRIO é, exclusivamente, responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto contratado.

31.5. O CONCESSIONÁRIO é, exclusivamente, responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado, seja por atos seus, de seus empregados ou prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município.

31.6. O Município de São José dos Campos mantém um serviço sigiloso de denúncias de corrupção e atos considerados arbitrários ou ímprobos por parte de qualquer autoridade e servidor municipal, pelo telefone (12) 3947-8246 ou e-mail: audit@sjc.sp.gov.br

CLÁUSULA 32ª – DO FORO COMPETENTE

32.1. Fica eleito o Foro de São José dos Campos/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste CONTRATO que não puderem ser compostos pela conciliação.

São José dos Campos, .. de de 2026